

**1) Transcrição do áudio da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife – 30/01/2015**

**00:00:04 – Antônio Alexandre** – Bom pessoal! Bom dia a todas e a todos. É... Nós vamos dá início à reunião. Nós já estamos até ultrapassando o fórum, *né?* Estamos com o registro até o momento de vinte e sete conselheiros e conselheiras. É... Existe alguns ainda chegando, mas temos condições de dá início... De fazer à instalação da nossa, é..., reunião. Como todo mundo já percebeu, nós estamos inaugurando as sessões do Conselho da Cidade desse ano de 2015. Felizmente, já contando com o contrato que dá suporte a infraestrutura, *né?* E ao funcionamento do Conselho. Esse contrato nós não tínhamos no ano passado. A gente fazia, de certa forma, com os espaços e os recursos disponíveis lá na própria Prefeitura, mas a tendência é que, a partir de agora, com esse suporte de um contrato que garanta essa estrutura, o apoio, inclusive de gravação, o apoio logístico... Para que a gente possa conduzir os trabalhos do Conselho. É... Nós estamos aqui fazendo também... A gente sabe que disponibilidade de espaço, em determinados momentos como esse agora próximo do carnaval, não é tão fácil, mas a ideia... Existe uma ideia de experimentar alguns espaços *pra* vê qual que se adequa melhor ao funcionamento e a própria operacionalidade do Conselho da Cidade. Isso é um exercício... Porque nós estamos trabalhando com um Conselho relativamente amplo, *né?* Um Conselho com pelo menos quarenta e cinco conselheiros. É... E vai ser um exercício *vê* qual a forma mais funcional, mais operacional *pra* que gente possa conduzir o debate. É... Nós estamos hoje experimentando esse espaço aqui do Museu da Cidade do Recife. É um espaço que nós achamos bastante interessante porque é o museu da cidade. Nós sempre temos aqui exposições e eventos que estão relacionados, *né?* Com a história e o processo de ocupação da cidade. Então, achamos que esse lugar é um lugar bem interessante para gente experimentar. Pode ser que ele seja uma das boas opções *pra* que o Conselho realize pelo menos as suas reuniões plenárias, *tá certo?* Nós estamos também experimentando, é..., espaços e estrutura para o funcionamento das comissões temáticas. Nós temos alguns conselheiros novos, mas na nossa última reunião, nós fizemos uma agenda de temas, e uma agenda de... Que permitiu, é..., identificar qual seria o interesse das diversas representações nas comissões temáticas que compõem o Conselho da Cidade. Então, é..., as entidades se manifestaram, algumas outras ainda tão querendo se integrar, mas cinco câmaras já estão sendo trabalhadas *pra* que possam, é..., começar a discutir uma agenda das diversas políticas públicas e instrumentos, *né?* Tanto de planejamento como instrumentos normativos na área de Habitação e Regularização; Saneamento; Trânsito, Transporte

e Mobilidade Urbana; Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente; e Patrimônio Histórico e Cultural. São essas cinco câmaras temáticas que já agora no início de 2015 vão começar a se apropriar dos trabalhos técnicos e das discussões existentes dentro da Prefeitura. É... Nós fizemos também um convite para que as outras representações pudessem trazer *pra* essas câmaras outros estudos, *né*? E outras proposições que estão surgindo em diversos seguimentos da sociedade civil organizada para que a gente possa constituir uma agenda estratégica de discussão sobre as principais políticas públicas que dizem respeito à temática do urbanismo na nossa cidade. Do planejamento urbano. É... Então isso... É... Nós estamos terminando... *Tamos* identificando espaços e a infraestrutura *pra* gente poder cumprir essa agenda. Antes disso, nós temos uma agenda ainda decorrente das discussões que nós tivemos no ano de 2015, que é uma agenda que nós precisamos dá prosseguimento para dá encerrar esse ciclo. E essa reunião extraordinária de hoje, ela foi convocada pela Prefeitura *pra* que nós possamos, é..., avançar num processo de discussão que, como é do conhecimento de todos, teve origem em todo debate, é..., que foi produzido na cidade em torno do projeto chamado Projeto Novo Recife aqui no Cais José Estelita. Aqui perto da gente. É... Isso provocou um posicionamento da Prefeitura da Cidade do Recife de conduzir um processo de negociação com os empreendedores. Na visão da Prefeitura, respeitando o direito que os empreendedores tinham em relação ao projeto que já tinha sido aprovado administrativamente na Prefeitura, mas que se reconheceu a necessidade de abrir um debate mais amplo *pra* promover ajustes de adequações ao projeto que fizesse mais sentido ao debate sobre a cidade que está em curso e pudesse trazer mais benefícios do ponto de vista urbanístico e do ponto de vista de integração no território da cidade do que o projeto que estava aprovado anteriormente. Esse processo foi conduzido. O Consórcio Novo Recife... Os empreendedores, que aprovaram o seu projeto aqui na Prefeitura, concordaram em participar do processo de construção dessa solução negociada, *né*? *Pra* fazer adequações ao projeto e esse processo atravessou audiências públicas, atravessou tudo um processo de debate que, com certeza, todo mundo aqui acompanhou e muitos bem de perto. É... Esse processo finalizou com uma audiência pública realizada no Clube Internacional onde o Consórcio Novo Recife apresentou a adequação do Projeto Novo Recife às diretrizes urbanísticas que tinham sido estabelecidas pela Prefeitura a partir do processo de escuta anterior. É... Foi apresentado esse projeto. Esse projeto, é..., ele buscou responder a cada uma das diretrizes urbanísticas que tinham sido estabelecidas no processo de discussão desse chamado redesenho ou readequação ou ajuste do Projeto Novo Recife. E, naquele momento, em função do debate que tinha sido estabelecido, a Prefeitura apresentou o

encaminhamento de que iria, é..., formular uma proposta, uma minuta de um plano específico para o território onde está situado, né? O terreno onde se localiza o Projeto Novo Recife, mas, de acordo a diretriz do Plano Diretor... O que estava estabelecido no Plano Diretor. O Plano Diretor identifica, como território *pra* ser objeto de um plano específico, o território composto pelo Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e o Cabanga. O Plano Diretor estabelece esse território como o território objeto de uma... Digamos assim, da formulação e da proposição de um plano específico. E aí a equipe técnica da Prefeitura formada por colegas técnicos das diversas áreas relacionadas com o tema do Planejamento Urbano... É... Em função de todas as contribuições, de todos os estudos já existentes, e tudo mais, começaram a formular uma agenda, né? Que permitisse trazer aqui para o Conselho da Cidade uma minuta de entrada para que fosse submetida a um processo de discussão, tá certo? É... Essa minuta, ela foi concluída sua versão oficial. Encaminhada há quinze dias, acerca de quinze dias ou dezesseis dias, para os conselheiros e conselheiras *pra* que pudesse servir de base para o início dessa discussão nessa reunião extraordinária de hoje, tá certo? Que está acontecendo. Então, o ponto de pauta, é..., apresentado pela Prefeitura é iniciar o processo de discussão dessa minuta de projeto de lei que propõe instituir, regulamentar o plano específico *pra* essa área. Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga, tá certo? Então, essa é a proposta, né? A pauta-proposta para essa reunião extraordinária do Conselho e... Nós vamos... Você pode abri essa pauta aqui? Pois não. Ah! Tá certo. É porque você chegou agora. Ah! Tá certo. Não, não. Eu tô falando no Conselho, no Conselho... É! Não. Tá certo. Tá correto, companheiro. Eu agradeço, inclusive. Veja! Nós temos alguns conselheiros e conselheiras que estão chegando agora. Foi muito pertinente a observação do nosso... Porque a gente já tá acostumado com a maioria das pessoas aqui. A gente não observou que tem companheiras e companheiros que não conhecem aqui a composição do Conselho. Então... Como? É... Também, né?... Então atendendo a solicitação de um novo conselheiro que tomou posse... Aliás, de visitante... É... Nós vamos fazer aqui... Nós pedimos que seja feita rapidamente a apresentação com o nome e a instituição que cada um representa aqui. É... Pois não. Por favor... É... Meu nome é Antônio Alexandre. Eu sou Secretário de Desenvolvimento e Planejamento Urbano e estou presidindo o Conselho da Cidade do Recife. Pois não.

**00:09:44 – Nora – ...da Empresa de Urbanização do Recife.**

**00:09:49 – Ana Cláudia Mota** – Ana Cláudia Mota. Represento a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos da Prefeitura.

**00:09:55 – Fernando de Alcântara** – Fernando de Alcântara representante do Instituto Pelópidas Silveira.

**00:10:00 – Carlos Ribeiro** – Carlos Ribeiro. Representante da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife.

**00:10:07 – Eveline Siqueira** – Sou Eveline Siqueira. Estou aqui como visita.

**00:10:12 – Gomes Filho** – Ela é de Resende. Professora de História. Gomes Filho. Femocohab. Membro do Conselho.

**00:10:21 – Taciana Souto Maior** – Taciana Souto Maior. Representando a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano.

**00:10:27 – Élide Dias** – Élide Dias. Representando a Emlurb.

**00:10:31 – Emanuel Barbosa** – Emanuel Barbosa. Representando o Mobilidade Urbana.

**00:10:38 – Paulo Roberto** – Paulo Roberto. Sircoperado, Nazaré da Mata.

**00:10:43 – Sebastião** – Sebastião. Representando a FECOPE.

**00:10:48 – Jorge Araújo** – Jorge Araújo. Secretaria de Finanças.

**00:10:53 – Samuel** – Samuel. Representando a Secretaria de Mobilidade Urbana.

**00:10:58 – Sandra Pires** – Sandra Pires. Representando a OAB.

**00:11:03 – Fabrício Couto** – Fabrício Couto. Representando a Secretaria de Saneamento.

**00:11:10 – Sinara Dantas** – Sinara Dantas. Cendhec.

**00:11:15 – Marcos Cosmos** – Bom dia! Marcos Cosmos do MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, filiado à União Nacional de Moradia Popular.

**00:11:27 – Bismark Saraiva** – Bismark Saraiva. Representando o Fórum do PREZEIS.

**00:11:35 – Almir Fernando** – Almir Fernando. Câmara Municipal do Recife.

**00:11:42 – Ângela Carneiro** – Ângela Carneiro da Cunha. Representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco.

**00:11:48 – Leonardo Cisneiros** – Leonardo Cisneiros. Representando o grupo Direitos Urbanos.

**00:11:53 – Márcio Erlich** – Márcio Erlich. Representando o Instituto de Arquitetos do Brasil e de Pernambuco.

**00:11:59 – Oton Paiva** – Oton Paiva. Militante do Ocupe Estelita.

**00:12:04 – Ivonaldo Marcos** – Ivonaldo Marcos. CLC.

**00:12:09 – José Marques** – José Marques e representando o SINTRACE, Sindicato dos Trabalhadores Ocupacional do Recife.

**00:12:16 – Alisson Cordeiro** – Alisson Cordeiro. Represente da Força Sindical.

**00:12:21 – Fátima Furtado** – Fátima Furtado. Representante do Programa de Pós-graduação e Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

**00:12:28 – André Calou** – André Calou. Representando o ADEMI Pernambuco.

**00:12:32 – Sandro Guedes** – Sandro Guedes. Representando ADEMI Pernambuco.

**00:12:37 – Ronaldo Aciolly** – Ronaldo Aciolly da Secretaria as Cidades do Governo do Estado.

**00:12:43 – Eduardo Cavalcanti** – Eduardo Cavalcanti. **ABIH** Pernambuco.

**00:12:47 – Maurício Pina** – Maurício Pina. Representante do Grande Recife Consórcio de Transporte.

**00:12:55 – Renata Lucena** – Renata Lucena da Secretaria de Habitação do Recife.

**00:13:01 – Luciano Pinto** – Luciano Pinto. Agência **Condepe/Fidem**.

**00:13:10 – Antônio Alexandre** – Bom! Obrigado pelas apresentações. É... Bom! Só queria lembrar que de acordo com... Nós temos, é..., aqui presente... É... Como *tá* previsto... Ah! Paulo André *tá* chegando aí... Pronto, Paulo. Pronto. *Tá* certo. É... Bom! Feitas as apresentações... Pois não Leonardo. Você quer *proprosar* agora?

**00:13:46 – Leonardo Cisneiros** – Eu queria solicitar inclusão extra pauta da discussão sobre a questão do comércio ambulante da cidade, *né?* Que *tá* tendo... Teve um protesto ontem. Ocupação da Câmara. Eu acho que é um tema que tem que ser trazido aqui *pro* Conselho da Cidade. A gente tem uma proposta de encaminhamento sobre isso a partir do Conselho, certo? Gostaria de solicitar essa inclusão.

**00:14:03 – Antônio Alexandre** – É... Então, conselheiro Leonardo. É... Como é uma proposta extra pauta, é..., assim que nós terminarmos a discussão nessa pauta, a gente submete aqui ao plenário a... Digamos assim, a proposta da nova pauta e a gente submete... Se for o caso aprovado, a gente discute, *tá* certo?

**00:14:21 – Leonardo Cisneiros** – *Brigado!*

**00:14:23 – Antônio Alexandre** – Bom! Então, como... É... Nós já encaminhamos essa minuta de projeto de lei há quinze, dezesseis dias, é... Eu só vou repassar rapidamente apenas destacando aqueles elementos que foram incorporados a partir da discussão do Projeto Novo Recife. Apenas *pra* dá uma passada na estrutura geral e nós abrimos *pra* o debate, *pras* considerações, *pras* propostas de encaminhamento. Enfim, para as considerações das conselheiras e dos conselheiros. Eu gostaria de lembrar, é..., que pelo regimento do Conselho da Cidade, é..., nós temos o direito a voz e voto, é..., dos conselheiros... Das conselheiras e dos conselheiros, *tá* certo? Nós temos pessoas que requereram *tá* aqui como convidadas ou como ouvintes e tudo. E na verdade, assim, é..., pelo regimento, me parece que se a gente tiver... Eu acho que as pessoas podem fazer se for aprovado, num é isso? Só *pra* gente poder regulamentar aqui. Deixem-me vê aqui. É. Não tem. “*Terá direito a voz e voto os conselheiros*”. Bom! Então, vamos dá continuidade. Pois não.

**00:16:15 – Conselheira não identificada** – ...que não estejam?

**00:16:17 – Antônio Alexandre** – Isso. Porque quando o conselheiro não está o suplente assume a condição de conselheiro. Evidente. É... Bom! Esse projeto de lei que institui e regulamento o plano específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga. Ele *tá* sendo *apresentado* essa minuta, *né?* Essa proposição com a seguinte estrutura: o artigo primeiro apenas descreve...

**00:16:42 – Ângela Carneiro** – É, Secretário, questão de ordem, por favor. Secretário, veja! A nossa pauta era a discussão de uma minuta, num é? Que foi enviada aos conselheiros em três versões diferentes...

**00:16:54 – Antônio Alexandre –** Não. Foi enviada em uma versão...

**00:16:56 – Ângela Carneiro –** Recebemos... Tenho aqui até...

**00:16:58 – Antônio Alexandre –** Sim, mas foi pedido que desconsiderasse...

**00:16:59 – Ângela Carneiro –** Secretário... Desculpe! Deixe eu terminar! Uma minuta que foi enviada aos conselheiros em três versões diferentes com mudanças radicais da primeira versão para a que *tá* se colocando hoje. Nós gostaríamos de entender o que foi isso, os técnicos do município entendessem o que foi isso. Porque a gente, é... Pelo tempo muito curto *pra* discussão disso e *pra* compreensão de que a primeira versão que chegou para a nossa compreensão que foi lida, *né?* Infelizmente, a gente recebeu e leu. E chegou uma segunda e depois chegou uma terceira. E depois, Secretário, a nossa pauta é para a discussão disso. Eu queria entender se vai haver votação porque o que a gente entendeu no nosso regimento interno, é que esses assuntos iriam para uma comissão interna do Conselho *pra* ser discutida e o Conselho trazer, depois da compreensão disso tudo, um laudo sobre o quê que ele pensa disso e não simplesmente uma discussão de duas horas ou três horas *pra* discutir um assunto de tanta relevância *pra* todos nós, *pro* município. A gente entende a preocupação de todos nós, é..., em cima desse assunto. E depois... Eu queria primeiro entender se vai haver votação dessa minuta, num é? E queria que o município explicasse isso, *né?* Essas mudanças radicais porque estão pontuadas. Infelizmente, nós recebemos e lemos. É... E outra coisa, nós queríamos entender a responsabilidade técnica. Como foi o CAU como Conselho, num é? Os responsáveis técnicos por essa minuta de lei, num é? Que tem que ter a participação de arquitetos e urbanistas. Então, a gente queria entender isso também. Era só isso e eu queria pedir essa explicação. *Brigada!*

**00:19:00 – Antônio Alexandre –** Conselheira, na verdade como todos devem ter percebido, esse processo de discussão é um processo amplo. Envolveu diversas áreas técnicas da Prefeitura e nós tivemos, como sempre acontece em todo tipo de estudo, muitas versões dessa minuta. Isso é uma coisa que acontece em qualquer trabalho técnico como muito bem sabe a conselheira. Nós tivemos primeiro uma fase que é uma fase, que todo mundo sabe, é uma fase meio *prehistory*, que se levanta todas as possibilidades e depois do processo de discussão as coisas vão afunilando, vai se fazendo as escutas, se vendo as repercussões de cada instrumento de cada instituto e vai se chegando a uma versão que se torna a versão oficial da proposição. Como foi dito nos e-mails, foi solicitado que fosse desconsiderado as outras versões porque as outras versões representavam versões parciais que por um lapso foram

encaminhadas anteriormente. Institucionalmente, a Prefeitura só tem uma minuta. Que é essa minuta que foi objeto da convocação dessa reunião. Essa minuta é a minuta oficial da Prefeitura, ou seja, o trabalho que foi concluído após a participação de um grupo de técnicos que teve arquitetos e urbanistas das diversas áreas da Prefeitura, engenheiros, outros profissionais de outras áreas técnicas, advogados e que foi finalizado, como sempre todo instrumento normativo, finalizado na Procuradoria do Município. Como acontece com qualquer instrumento normativo que é discutido e produzido no âmbito da Prefeitura. Então, na verdade, o esclarecimento é o seguinte: existe uma versão oficial que é essa última. As outras versões foram versões parciais em determinados momentos do processo de estudo, do processo de debate, como acontece em qualquer processo de construção, onde alguns itens foram revistos, outros itens foram considerados que não eram pertinentes de entrar esse instrumento que precisam ir para o debate em outro momento. Todo mundo sabe aqui que nós temos uma agenda de revisão e atualização da legislação urbanística da cidade. Então, tem temas que nós vamos tratar olhando a cidade, o território da cidade no seu conjunto, *tá certo?* E se ateu aqui a estabelecer o disciplinamento, como diz no artigo primeiro, *né?* Dos parâmetros e requisitos para uso e ocupação do solo dessa região, desse território restrito que está estabelecido no Plano Diretor, ou seja, foi um processo de debate. Não teve nada de ter uma versão ou... Aliás, uma, duas ou três minutas. Há uma minuta e versões anteriores de estudos que por um equívoco, foram distribuídos antes que tivesse formatada a versão final da Prefeitura. Isso não tem nada de excepcional. A Prefeitura está trazendo uma documentação, uma minuta para debate, *pra* discussão, *tá certo?* Não se pretende que aqui a gente faça votação da minuta da proposta. A gente *tá* abrindo o debate, *tá certo?* Quando nós abrimos para os conselheiros, inclusive, vamos ter proposta de encaminhamento, *tá certo?* Nós estamos abrindo o debate e trazendo para o debate uma minuta como responsabilidade da Prefeitura fazer já que a Prefeitura estava conduzindo o processo de discussão e tinha assumido o compromisso de apresentar uma minuta de regulamentação ou de plano específico para esse território. Nós estamos cumprindo exatamente o compromisso assumido lá trás quando nós encerramos aquela fase de discussão dos ajustes ou do redesenho do Projeto Novo Recife. Esses são os esclarecimentos que nós temos a dá nesse momento, *tá certo?* De forma muito clara e muito transparente, *tá certo?* Não tem nada a esconder, *tá certo?* O trabalho foi produzido pela equipe técnica da Prefeitura, *tá certo?* Que é composta por conhecimentos e competência multidisciplinares como cabe à matéria urbanística. Ser tratado de forma multidisciplinar porque, *né?* A cidade precisa ter os diversos olhares técnicos assim como precisa ter também os diversos olhares das diversas



representações que estão muitas delas aqui representadas no próprio Conselho da Cidade do Recife que tem esse propósito. Lançar o olhar nos diversos seguimentos das diversas abordagem e visões da cidade sobre o determinado problema. No caso específico aqui, a regulamentação do uso e ocupação de solo desse pedaço do território da cidade, *tá certo?* Esses são os esclarecimentos que a mesa tem a fazer em relação aos questionamentos da conselheira representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

**00:23:32 – Ângela Carneiro** – É... Secretário. É... Eu entendo que foi um lapso mandar as três versões, mas foram muito rápidas, assim... Coisa assim de 14h às 18h20, 14h às 18h53. A mesma minuta modificada, mandada dia dezanove e como elas têm modificações muito radicais e importantes. Porque na primeira minuta, ela não foi acrescentada, ela foi ao contrário. Foram reduzidos alguns itens de relevância... De relevante importância para o trato da região. Então, eu tinha uma sugestão que a gente pudesse, na hora da discussão, *né?* A gente pode entender isso, *né?* Esses itens que foram retirados de uma importância enorme. Como arquitetos e urbanistas que estão analisando esse trabalho e queria dizer que como isso chegou tão cedo *pra* gente e o Conselho ele assumiu a nova gestão no dia quinze, chegou no dia quatorze e depois dia dezanove. O Conselho carece mesmo de tempo para entrar com detalhe nessa questão. A gente sabe da importância disso e a gente sabe da seriedade do trabalho da Prefeitura, mas a gente precisa que vocês entendam também que infelizmente a gente recebeu. E como a gente recebeu, a gente analisou. Como a gente analisou, a gente viu que as mudanças foram muito radicais...

**00:25:01 – Antônio Alexandre** – Conselheira, não tem problema. A gente pode discutir os mesmos temas. O que eu *tô* falando é que a versão oficial da Prefeitura...

**00:25:04 – Ângela Carneiro** – Perfeito. Certo.

**00:25:05 – Antônio Alexandre** – É essa minuta que *tá* sendo apresentada...

**00:25:07 – Ângela Carneiro** – A gente gostaria que a primeira fosse apresentada também.

**00:25:10 – Antônio Alexandre** – Não, mas ela não é oficial. E outra coisa, conselheira. Tudo bem... Agora veja mesmo. Eu quero fazer uma observação. É... A conselheira falou que *tava* começando a gestão e tudo, mas a própria conselheira tem acompanhado esse debate desde o início, *tá certo?* Não existe novidade aqui no que *tá* sendo discutido. O que a gente precisa é aprofundar o debate.

**00:25:27 – Leonardo Cisneiros** – Secretário, só em relação às mudanças das minutas eu queria acrescentar uma questão aqui importante. Na primeira minuta... Só um detalhe que é relevante. É uma questão de responsabilidade da Prefeitura no seu dever constitucional de proteção do patrimônio. Tinha uma lista de imóveis especiais de preservação que foi divulgada. Acabou sendo divulgada, certo? Acabou sendo publicada. Existe todo um cuidado que eu sei da DPPC nos estudos sobre esses imóveis. A lista foi divulgada depois foi retirada, ou seja, os alvos foram plantados em cada imóvel, certo? E a proteção agora não veio. Então é uma questão de responsabilidade da Prefeitura, certo? A partir do momento que você tem um estudo que indica a possibilidade de proteção. A ilegitimidade de um imóvel *pra* proteção. É dever do poder público proteger, certo? Então assim é vinculativo isso aí. Não tem interpretação mais recente. É uma questão vinculada. Então, o parecer técnico vincula o dever de proteger. Essa retirada... Só *pra* ficar num ponto... Assim, é uma questão de irresponsabilidade com a proteção desses imóveis que agora estão mapeados. Podem ser demolidos a qualquer momento, certo? E a gente, *né*? Não tem como discutir. E isso é pertinente dessa minuta porque, por exemplo, no plano da Boa Vista... É um plano urbanístico e houve a classificação de vários imóveis como coibentes. Vários planos urbanísticos podem fazer isso. Então, é um tema pertinente dessa minuta e eu não entendo porque retirar correndo esse risco.

**00:26:49 – Antônio Alexandre** – Bom, conselheiro Leonardo. Isso vai ser objeto de debate, de discussão. Evidentemente que qualquer um pode emitir seu juízo de valor ou sua opinião a respeito dos temas. Enquanto a responsabilidade da Prefeitura em relação a ter saído uma minuta, um estudo prévio que ainda estava em curso, ainda estava sendo analisado e tudo, se o conselheiro acha que a Prefeitura precisa ser responsabilizada por isso, tome as medidas cabíveis que a gente diz que foi um lapso. Foi um lapso, *tá* certo? Num foi um ato intencional. E não foi nada. Se o senhor acha que tem que ter responsabilidade tome as medidas cabíveis. Pronto. *Pra* responsabilizar a quem deve ser responsabilizado. Agora, nós, de forma muito franca, aberta e tudo, dizemos que foi disponibilizado uma minuta provisória que não deveria ter sido oficialmente, institucionalmente. Poderia até ter sido trabalhada como estava sendo trabalhada ainda em fase preparatória como objetos de estudos, de levantamentos e tudo. Essa minuta saiu. Foi um lapso, foi um erro, certo? Foi um erro de uma pessoa, *tá* certo? Que também não foi crucificada por conta disso porque não houve má fé. Não houve nada. E essas coisas acontecem, *tá* certo? Essas coisas acontecem. Agora, se o caminho for de responsabilizar, evidentemente que tem todos

os meios para que isso possa ser questionado, *tá certo?* Bom! É... É... Evidentemente que não cabe aqui, até porque todos os conselheiros e conselheiras receberam esse material com certa antecedência até por conta disso mesmo que a gente, pelo regimento e pelo próprio projeto de lei, as matérias objeto de discussão, quando existe uma matéria definida, elas são distribuídas com antecedência *pra* que todo mundo possa se preparar *pro* debate anterior. Então, nós avaliamos que não cabe fazer uma apresentação extensa disso daqui, desse projeto de lei, *né?* Apenas gostaríamos de fazer, é..., um registro de que, é..., após o artigo que descreve o... Digamos assim, o propósito do plano específico, é..., estabelece alguns conceitos e premissas, *né?* Que o plano específico busca no seu artigo segundo. Como sempre acontece, *né?* Você tem uma primeira parte de premissas, princípios, diretrizes. No artigo terceiro, estabelece os critérios para o zoneamento, *né?* Em que está subdividido o território. Que depois no mapa fica mais claro, mas coloca aqui quais são os parâmetros e os requisitos que, é..., determinaram o zoneamento desse território em dez zonas. Pode passar, por favor. Em dez zonas... Em que está dividido. Vem o zoneamento. Depois nós temos princípios urbanísticos que estão recepcionados por essa minuta, *né?* *Pra* ser discutida do plano específico. A maioria desses princípios foram resultantes exatamente do debate que foi estabelecido para se fazer o redesenho do Projeto Novo Recife incorporando princípios urbanísticos que *tavam* fazendo parte do debate, *né?* A reabilitação de estruturas existentes, a compatibilidade com o tecido urbano adjacente, a integração e a impermeabilidade com a malha viária com destaque para a Avenida Dantas Barreto e as ligações, é..., viárias, é..., com território como a gente vai vê mais na frente. Pode passar, por favor. O escalonamento de gabaritos nas quadras visando composições, *né?* Mais adequadas aos requisitos e as características ambientais e históricas do território; a relação dos espaços públicos e espaços privados, inclusive com a valorização dos espaços públicos, é..., estabelecendo diretrizes muito claras e definidas em relação a qualidade e as características desses espaços públicos; a implantação de uso ativo e diversificado na escala do pedestre incorporando comércio e serviços no nível das faces das quadras, *né?* De uso residenciais, garantindo o uso misto; a diversidade de usos públicos e privados, *né?* Garantindo a diversidade e a vitalidade do território, inclusive nos níveis de quadra... Na, na, na... No nível de quadra. Pode... Pode subir mais, por favor. Promoções de condições de amenização e conforto ambiental, *né?* Viabilizando práticas sustentáveis, inclusive, construtivas. É... Pronto. A partir do estabelecimento desses princípios que, como pôde ser visto aqui, quase todos eles, se não todos, fizeram parte exatamente do debate, *né?* Corresponde às diretrizes urbanísticas que foram consolidadas a partir do debate sobre o Projeto Novo Recife, vem um conjunto de artigos mais específicos

tratando do loteamento de terrenos, é... , novos loteamentos de terrenos com área superior a quatro **hectares**, é..., estabelecendo... Pode passar... É... As zonas e os setores que estão destinados e reservados exclusivamente *pra* implantação de parques públicos, inclusive colocando condições mínimas de qualidade e de estrutura para esses parques... Pode passar. No artigo sétimo, descreve aquele princípio lá dos parâmetros para, é..., disciplinar os padrões mínimos *pra* uso de comércio e serviço no nível do solo nas testadas dos pavimentos térreos. Pode passar. Pode subir, por favor. No artigo oitavo, um conjunto... Algumas disposições relacionadas, especificamente, a faixas de servidão, *né?* *Pra* uso público que precisaram ser consideradas para a alteração da antiga disposição do loteamento do Projeto Novo Recife. O artigo nono, que estabelece para cada uma das... Os parâmetros urbanísticos. Isso daqui é uma reprodução do que *tá* na legislação urbanística. E no artigo décimo, acompanha uma tabela onde, em cada zoneamento, são propostos alguns parâmetros urbanísticos, é..., resultantes de uma leitura do território. Pode passar, por favor. Esses requisitos especiais discriminam, nessa última coluna aqui, algumas diretrizes específicas para cada uma dessas zonas. Pode passar. Eu acredito que todos os conselheiros e conselheiras já devem ter visto isso aqui. Pode passar, por favor. No artigo onze, é uma regra específica, *né?* É uma regra com possibilidade de estabelecimento de um gabarito máximo. É... No artigo doze, em relação à taxa de solo natural, também é uma regra específica. Eu acho que pode ser objeto do debate da gente. O artigo treze, por favor. Trata das vagas de estacionamento. O quatorze reproduz uma lei já aprovada municipal sobre a questão do telhado verde, reservatórios de acumulação e retardo. É... O artigo quinze estabelece regras para fechamentos e vedações das edificações propondo, especialmente, que não haja vedações no limite do lote. É... Artigo dezesseis, regras específicas... Dezesseis e dezessete específicas sobre os equipamentos e compartimentos das edificações. No artigo dezoito, sobre o conjunto ferroviário. No artigo dezenove, uma regra específica sobre o setor 5T *pra* garantir, é..., o afastamento e a relação com os galpões existente e com a parte histórica do bairro de São José. O artigo vinte, a proibição de muros, grades e elementos de vedação no limite do lote. O artigo vinte e um, vinte e dois, vinte e três... Pode passar. Vinte e quatro e vinte e cinco são artigos que tratam das regras de transição ou das regras de garantia e de formalização de algumas alterações que precisam ser feitas *pra* viabilizar os ajustes e as adequações do Projeto Novo Recife. A partir daí... Pode baixar, por favor. Nós temos os anexos que, *né?* Identificam todo o zoneamento. Eu queria... Passa, por favor. Só *pra* vê a questão viária. Pode, pode passar. Mais uma. Não. Desça. É... A parte viária... Aqui é demonstrado, inclusive. Subindo, por favor. É... O primeiro que tem a visão mais ampla. *Né?* Nós temos nos anexos... Depois dos

anexos subsequentes da parte viária tem o detalhamento, mas é importante que a partir disso aqui a gente abre a possibilidade, né? De todo aquele debate que teve, de garantir a possibilidade de integração com as conexões viárias, né? Garantindo, né? No curto prazo, em algumas intervenções, e, no médio prazo, outras intervenções... *Pra* dá permeabilidade em todo esse território, principalmente, no que diz respeito ao prolongamento aqui da Dantas Barreto, a integração da ponte, é..., Paulo Guerra e a ponte aqui do Pina, ponte Joaquim Cardoso, viabilizando essa semiperimetral que pode chegar até Santo Amaro aqui. Sendo uma alternativa a primeira perimetral daqui da cidade. O binário aqui do Estelita com todas as suas novas configurações viária aqui permitindo essa permeabilidade. Enfim... *Né?* E se estendendo aqui também *pras* possibilidades existentes nessa área do Cabanga, inclusive como possibilidades que ainda não está configurada, mas com possibilidades de ter uma área de produção urbana, num é? Que possa dinamizar esse pedaço do território também aqui da cidade. Bom! Enfim... Passando *pros* outros anexos... É viário... Que é o detalhamento... O viário. Tem depois o perfil das vias. Eu acho que todos viram. São anexos necessários pelo seu tipo, pela sua tipologia. Pode passar, por favor. A indicação de vias. Aqui também outro detalhamento especificamente visando às alterações que foram produzidas no redesenho do Novo Recife. Algumas questões que, inclusive, são objetos de regulamentação lá em cima. Permuta de áreas... E outras questões que precisam ser feitas *pra* garantir o uso público dessas vias. Pode seguir em frente. Critérios de vagas de estacionamento. Pode seguir. E as plantas que fazem o primeiro estudo, a demarcação necessária para haver a nova organização do loteamento existente que é objeto de implantação do Projeto Novo Recife. É esse seis e o sete. Pode passar. Aí termina, né? É. Esse é o laudo de avaliação que ainda não está concluído e aqui área de terra de permuta que é que vai garantir permutar *pra* garantir áreas públicas, áreas de uso público, nas vias que foram modificadas, é..., a partir da rediscussão do Projeto Novo Recife. Então, essa é a estrutura dessa minuta *pra* ser discutida. Insistindo mais uma vez. Essa é a minuta oficial que a Prefeitura apresenta a partir do debate amplo que foi produzido pelas áreas técnicas da Prefeitura a partir do recolhimento das diversas contribuições que surgiram nesse processo que não está iniciando agora. A gente *tá* a pelo menos dois anos discutindo todos esses parâmetros. Tendo todo esse debate em relação ao território mais específico e esse plano amplia esse olhar para um território, é..., mais abrangente como estabelecido pelo Plano Diretor. Então, a partir disso aí, é..., nós, como foi dito logo no início, nós vamos abrir agora para as considerações e as proposições dos conselheiros, né? Sobre a discussão, é..., desse tema *pra* que a gente possa... É... É... Nós vamos ter que... Nós pedimos que a gente observe o horário. É... O fato de nós

estarmos fazendo externo aqui da Prefeitura, nós temos que cumprir algumas... Nós vamos até que vê depois como é que a gente estabelece essa relação com os espaços que nós vamos começar a utilizar. Nós firmamos aqui o entendimento que de nós iríamos até, no máximo, é..., 12h30. Portanto, se nós conseguimos avançar nessa discussão... Nós temos uma proposta de um ponto de pauta também do conselheiro Leonardo. Eu acho que se a gente puder até umas 11h30, *né?* Entre 11h e 11h30, definir os encaminhamentos desse debate, é..., nós poderemos, inclusive, submeter, *né?* A pauta que está sendo proposta aqui como uma pauta extra *pra* essa reunião, certo? Sem comprometer a necessidade de nós interrompermos aqui o debate sem ter algum tipo de conclusão, certo? Então, está aberta a palavra as conselheiras e conselheiros. Por favor! Identifiquem o nome e a entidade a qual é representante, por favor, *pra* feito de gravação.

**00:40:29 – Cristiano Borba –** É... Cristiano Borba da Fundação Joaquim Nabuco. É... Eu acho que, antes de mais nada, *tá* se incorrendo mais uma vez no erro de se debater planejamento urbano a partir de projeto de lei, a partir de texto de lei. Ah... E todo projeto de lei que interfere sobre a produção do espaço urbano necessariamente vem de um debate técnico anterior que... Bom! Eu posso dizer como toda certeza que não houve e... Bom! A chance que nós temos de levantar esse debate com a equipe técnica que deu subsídio *pra* criação desse texto ainda é agora. Então, eu solicitaria que houvesse uma apresentação da equipe técnica responsável pelos estudos, pelas considerações, pela proposição, pela construção dos parâmetros todos e etecetera e tal e que isso pudesse vir a debate. Quer dizer, porque tem muita coisa que ficar... Quer dizer, é um texto de lei que apresenta desenhos de perfil de via, mas são perfis de vias que não apresentam as edificações. Quer dizer, é uma coisa, absolutamente, desconectada da realidade toda que é posta. Então, é um debate ainda muito difícil de ser feito em cima de um texto de lei. Quer dizer, o momento não é esse ainda, entendeu? Precisaria você conhecer os técnicos e a opinião dos técnicos e discutir com eles até *pra* que se possa voltar *pra* aquilo que dá base a esse texto. Eu acho que não há condições ainda de se discutir.

**00:42:09 – Márcio Erlich –** Márcio do IAB. Eu queria, é..., reforçar as considerações de Cristiano da Fundaj e... Como não há de negar que *houveram*, é..., versões de minutas... O que revelaria momento de reflexão do que coloca, do que acrescenta. Eu queria acrescentar para que nessa apresentação a ser feita pela equipe técnica, é...,

inclusive justificasse, já que é um processo de discussão e de debate, justificasse o que levou a acrescentar e retirar esses artigos. Inclusive, dizendo com base em que essas alterações foram feitas.

**00:43:02 – João José** – Bom! Meu nome é João. Sou do Movimento de Luta Popular e Comunitário de Pernambuco. É... A minha indagação vai também quase no mesmo eixo. Eu acho que deveria, antes de ter apresentado esse projeto, deveria se ter instaladas as comissões para, inicialmente, discutir isso *pra*, posteriormente, a gente ser apresentado aqui neste espaço. O que não foi realizado. Então, eu retorno ao regimento do Conselho que diz que tem todas as temáticas deveriam ser passados ou *pro* um grupo de trabalho ou por uma das suas comissões. O que não foi feito. E eu retorno que a gente possa fazer esse debate nas comissões do Conselho e, claro, é..., fazer as instalações das mesmas para os referidos trabalhos. O que não foi realizado.

**00:43:55 – Ângela Carneiro** – É... O CAU queria também reforçar a fala de Cristiano, do IAB, e também a fala do João, *né*? E reforçar também essa questão importante de que planejamento urbano não se faz a partir de um projeto de lei. A gente precisa, realmente, discutir, é..., o plano da área, *tá certo*? Para depois discutir uma minuta de projeto de lei.

**00:44:26 – Leonardo Cisneiros** – É... Leonardo. Direitos Urbanos. Eu quero reforçar isso também. A ideia de que a concepção de planejamento tem que ter uma visão do todo. É uma... Todas as partes estão integradas num todo que funciona harmoniosamente. Então, não se pode discutir com o destaque, *né*? Em cima de um texto de lei, ou seja, vota artigo por artigo como se no final vai sair o **Frankenstein**. Então, você tem que ter uma visão do todo. Um debate do todo e um relatório sobre o que se propõe. Você não pode ter... É uma discussão sobre a concepção que *tá* aí e a partir daí produzir o reflexo legal, ou seja, não pode sair votando por destaque. Há uma questão de encaminhamento a se tomar por aí. Então, nesse sentido do encaminhamento, eu acredito que, seguindo o precedente já aberto pela questão da Vila Naval, deve ser formado um grupo de trabalho, certo? Para analisar a minuta. A minuta deve ser também apresentada numa audiência pública visto que a audiência ocorrida em junho de 2014 foi uma audiência que, como o próprio Secretário falou, é de **brainstorming**, ou seja, foi uma audiência *pra* trazer ideias, que foram depois, é...,

sistematizadas pela equipe técnica e transformado num texto de lei. Ela não foi uma audiência sobre o texto da lei. É exigência do Estatuto da Cidade que haja uma audiência sobre o texto do plano urbanístico. Então, isso tem que ser publicado na internet *pra* todo mundo, ter chamado *pra* audiência com apresentação da equipe técnica justificando as escolhas. Depois do debate da equipe técnica junto ao Conselho, como o pessoal falou... E eu acho que esse é um encaminhamento razoável. A elaboração de um relatório, ou seja, tem que ser pensado em conjunto a proposta e não ser votado simplesmente artigo por artigo. É... Além disso eu queria fazer a solicitação aqui, como conselheiro, no uso dos direitos previstos na lei, que institui o Conselho. Acabei fazendo no portal da transparência da Prefeitura, mas o Secretário, em outra reunião, reclamou que eu pedia pelo portal da transparência. Podia pedir direto *pra* ele. Então *tô* pedindo direto *pra* ele. Eu *tô* solicitando todos os pareceres, documentos, fichas, avaliações da DPPC sobre os imóveis listados no anexo da minuta original do Plano, certo? É... Indicando valor *pra* preservação como um imóvel especial *pra* preservação, ou seja, esse estudo deve ter sido feito de alguma forma e eu *tô* solicitando isso *pra* tomar as providências, certo? Junto ao Ministério Público e gostaria de, como conselheiro, fosse atendido. É isso.

**00:47:00 – Antônio Alexandre –** Está aberta. Alguma conselheira e conselheiro?

**00:47:09 – Fátima Furtado –** Fátima Furtado da UFPE. É... Minha consideração tem pontos de convergência com o que já foi colocado. Principalmente em termos de que a gente precisa discutir um plano urbanístico *pra* aquela área e só depois ver uma minuta de lei, uma lei, que traduza isso do ponto de vista legal. Principalmente no que se refere a parâmetros urbanísticos. É muito complicado você tentar discutir parâmetros urbanísticos no abstrato, assim. Isso só pode ser feito dentro de uma discussão técnica de um plano urbanístico que fala de configuração espacial. Então, não é discutindo uma minuta, artigo, por artigo, que a gente vai chegar a nenhum lugar em relação a um plano específico *pra* aquela área. É... Mas desde já, a partir da leitura que a gente fez das várias versões que foram colocadas no site do Conselho, é..., eu queria já colocar duas questões que se destacaram na minha avaliação. Uma delas é a questão da relação do que *tá* sendo proposto aí, que *pra* mim foi mais fácil inferir o que está por trás do ponto de vista urbanístico porque eu sou urbanista, mas não é assim *pra* totalidade... Nem do Conselho nem da cidade. É... Em relação a uma área de preservação patrimonial. O Pátio das Cinco Pontas... Eu acho que já tem uma série



de colisões graves entre os interesses de preservação dessa área e o que *tá* sendo proposto no Plano, mas eu acho que isso é *pra* ter uma discussão, abrir, dizer qual é, por que, *né*? Eu acho que existe também, é..., colisões entre os princípios que são listados na própria minuta e depois o que é proposto espacialmente, mas também seria uma discussão um pouco mais ampla. E, de forma particular, as regras de transição. Se eu não me engano, no artigo vinte a vinte e cinco, *né*? Essas foram as que me preocuparam mais. É... Eu *tô* somente esbouçando, talvez, um caminho *pra* essa discussão técnica que a gente precisa ter, é..., do ponto de vista espacial de plano urbanístico *pra* só depois pensar em minuta. A contribuição seria nesse sentido.

**00:49:36 – Antônio Alexandre –** Está em aberto... Pois não... João José.

**00:49:44 – João José –** Novamente João. Eu acho que uma das coisas que também acho pertinente é essa proposição apresentada. Ela leva em consideração que *tá* próximo de uma zona especial de interesse social. E eu acho que nesse projeto aí, nessa proposição, eu não vi nenhum destaque relativo a isso, já que *tá* muito próximo e vai também ter uma possibilidade de interferência nesse contexto. E aí a pergunta: como é que nesse projeto... E aí, claro, a pergunta que eu fiz anteriormente. Como é que a gente vai trabalhar isso nas comissões, no grupo de trabalho? É... Essa inclusão desse entorno que *tá* bem próximo dessa realidade aqui apresentada. Que é as zonas especiais de interesse social. Que é a área do Coque.

**00:50:37 – Márcio Erlich –** Márcio, IAB. Uma coisa que é bem básica *pra* perceber que o texto de lei não dá conta de toda essa discussão. O lugar que a gente *tá* agora, que é o Forte das Cinco Pontas, ele *tá* dentro do perímetro, *né*? Do Plano. Estamos dentro da área que *tá* sendo pensada e discutida aí no Plano. E isso é muito concreto, *né*? Os espaços internos, os espaços públicos. Tudo que *tá* construído agora, o quê que vai ser renovação, o quê que vai substituir, o quê que vai propor de novidade... Enfim. Então a visualização de uma série de cenários possíveis, *né*? Que *tão* sendo propostos aí por esse Plano tem que ser fundamental *pra* discussão. É... Num todo mundo tem domínio de linguajar jurídico, nem todo mundo tem um poder de abstração e visualização e imaginação do que cada texto desse daí *tá* querendo propor. Então a visualização de maquete, de planos de massas... Enfim. O corpo técnico, com certeza, tem essa noção do que é possível fazer *pra* se alimentar como há décadas se perdeu,

*né?* Tem uns exemplos nos anos 30. Na discussão da Avenida Guararapes onde isso era claro. Foi feito, inclusive, uma maquete exposta numa praça pública *pra* que todo mundo conseguisse visualizar aquilo que *tá* sendo proposto.

**00:52:12 – Cristiano Borba** – De novo, só reforçando esse ponto. Eu diria que, na verdade, a maioria das pessoas não tem condições de olhar para um texto que fala de índices quatro, cinco e conseguir construir na imaginação esse cenário desse Recife que *tá* sendo proposto. Porque não verdade está se falando da construção de uma cidade. É algo muito grave. Não é um texto inocente. Embora ele pareça muito inocente no início, e repete o mau hábito dos nossos textos de lei urbanística, que é começar com o lançamento de alguns princípios muito bonitos do tipo relação da cidade com a água, é..., proteção da paisagem, etcetera e tal, e depois os índices mostram uma realidade completamente distinta de toda essa boa intensão que se apresenta no início. E, infelizmente, o leigo, que é maioria da população, vai pelos princípios e acha que a lei *tá* linda, maravilhosa, sendo muito coerente com aquilo tudo que se quer. Quando se vai realmente *pra* modelagem, quando se vai *pra* maquete, quando se vai *pro* desenho, quando se vai para um perfil de via realmente completo, como deveria ter sido apresentado, se vê que isso é absolutamente conflitante com o que *tá* posto. Então, se transforma num texto, é..., neurótico, é..., um texto absolutamente, é..., contraditório dentro de si próprio. E é isso que a gente tem na legislação ainda vigente de 96. É essa legislação que *tá* gerando essa monstruosidade de cidade que é o Recife hoje.

**00:53:51 – Ângela Carneiro** – É... Eu queria passar minha palavra do CAU *pra* conselheira Amélia Reinaldo, arquiteta e urbanista.

**00:53:58 – Amélia Reinaldo** – *Brigada!* Eu queria reforçar as colocações feitas pelo CAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, e dizer... A primeira questão que eu queria colocar, agregando a tudo que já foi colocado, é perguntar ao senhor Secretário onde é que está o plano específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga? Onde é que está? Esse texto de artigos escritos ele não retrata um plano específico por aquilo que, seguramente, a sua equipe técnica, formada por arquitetos e outros profissionais, defendem, entendem e aprenderam na universidade o que é um plano específico. Então, nós não estamos falando de um plano específico. Nós

estamos matando uma etapa importante que é exatamente discutir uma lei que deveria retratar aquilo que é um plano específico. Esse é o primeiro ponto. Onde é que está o plano específico, senhor Secretário? O segundo aspecto que eu queria destacar e aí eu concordo inteiramente com Vossa Senhoria quando diz que há um processo de planejamento, e, é sem dúvida importante, e que aí o plano específico, pelo que nós arquitetos aprendemos nas Universidades, ele está baseado num diagnóstico, numa compreensão da realidade. E aí as oportunidades, os problemas, como é que eles vão ser sanados nesse plano específico? Que é uma tarefa importantíssima da Prefeitura. E aí pedimos também que nos expliquem, por favor, aonde é que *tá* toda essa base conceitual, analítica, para que então se possa desenhar um plano específico. E a outra questão, Secretário, que eu coloco é que naquilo que o senhor diz que foi um processo de planejamento e que a lei do uso do solo será revisada. Eu queria dizer que o que foi modificado, retirado no documento, versão um para a versão dois e versão três, não foi banal, senhor Secretário. Inclusive, ele altera consideravelmente aquilo que está posto no artigo um nove quatro que o senhor cita ali, que é exatamente as premissas e objetivos de um plano específico. Bem claro. *“Promover a dinamização econômica através do estímulo de atividades de comércio e serviço”*. Foram tiradas partes dessas atividades. *“Promover a inclusão social”*. A modificação da versão um para a versão dois e versão três, tira a ideia de habitação de interesse social. Coloca lá trás uma série de parâmetros que o Instituto vai elaborar, ou seja, modifica completamente essa possibilidade. É... Reabilitar e conservar o patrimônio histórico. Patrimônio histórico foi completamente retirado da perspectiva nesse processo. E aí diríamos mais, priorizar os investimentos em infraestrutura, implantar mecanismos de parceria público-privado, promover a inclusão social. Então eu diria *pro* senhor Secretário que essa minuta no seu processo, ela piorou as condições propostas no primeiro momento. Então, o senhor Secretário, recupere essa versão. Recupere essa versão porque ela é melhor *pra* cidade. A partir dela a gente poderia discutir quem sabe até visualizar a possibilidade de um plano específico a partir dela. E aí a minha última colocação é que eu queria que o senhor aproveitasse o tempo que nós temos até às 12h30 *pra* que sua equipe técnica aqui presente explicasse aqui o que o senhor ainda não conseguiu nos explicar sobre um plano específico. Principalmente o Fernando, que é o representante do Instituto Pelópidas Silveira, pudesse assumir a palavra e nos explicar os fundamentos, os conceitos que nortearam essa proposta.

**00:57:45 – Kátia** – Bom dia a todos. Sou Kátia do SPU e queria só concordar com a palavra do João sobre voltar a falar sobre a proteção das ZEIS.

**00:58:23 – Antônio Alexandre** – Mais alguém gostaria de se pronunciar? Alguma conselheira e conselheiro sobre esse tema? Bom! É... Nós fizemos aqui alguns registros *pra* vê quais os encaminhamentos que foram, é..., propostos. Na verdade, eu acho que cabe até um esclarecimento, uma palavra, em nome da Prefeitura do seguinte: é... Nós concordamos que o processo de leitura, de análise, *né*? Todo esse processo de análise, considerando a cidade no seu conjunto, o diagnóstico, o levantamento de todos os parâmetros e características que são necessárias para poder se ter uma leitura da cidade, do seu conjunto e nas suas partes, nos territórios que acompanha, é uma questão que vai ser necessária e faz parte, inclusive do plano de trabalho, como não poderia deixar de ser, nos termos de referência que estão sendo elaborados, para a construção dessa revisão de todas as normas urbanísticas da cidade, que como já foi feito aqui, norma não é planejamento. Norma é apenas um desdobramento de uma leitura, de um processo de planejamento. É um instrumento que permite a regulamentação ou o registro, digamos assim, do ponto de vista normativo, daquilo que foi identificado no processo de planejamento com todas as suas etapas. Desde o diagnóstico até os seus produtos finais. Isso aí, como já foi dito aqui, e já, inclusive, é objeto de apresentação da primeira reunião, inclusive, da câmara temática da área de planejamento, vai ser explicado e apresentado esse plano de trabalho, isso que *tá* sendo construído ainda dentro da Prefeitura, será a grande agenda desse ano de 2015. Agora de forma muito direta e franca, o que acontece é que daqui até lá que a gente construa a visão geral, que é a visão que permite, inclusive, que se estabeleça a conexão das partes com o todo, porque, inclusive, nenhum plano específico desse território vai conseguir ser feito de forma adequada se você não estender o olhar, no mínimo, a ilha onde esse território está inserido, *né*? No mínimo. Quando não, as conexões que a ilha estabelece com o restante também do centro expandido e da parte da cidade contígua e outras até, *né*? Que são associadas a ela apesar de não estarem vinculadas do ponto de vista territorial. Nós sabemos disso. E sabemos que essa tarefa será a grande agenda de planejamento urbano que nós teremos nessa gestão, inclusive como contribuição *pra* esse debate que a cidade há muito tempo está requerendo. Agora, evidentemente que na leitura, e eu vou falar de forma muito direta, inclusive como a Prefeitura, que no dia a dia enquanto nós estamos construindo esse processo de planejamento, que é um processo, por sua natureza, longo, *né*? Assim, ele precisa ser cuidadoso, precisa ter etapas técnicas, precisa ter etapa de escuta social, precisa ter etapa de construção, retornos, validações, etecetera, etecetera, mas a cidade não para nesse processo. E, nesse

meio tempo, nós temos que incorporar, né? Projetos e soluções normativas que vão atendendo a necessidades específicas mesmo que eles venham depois a ser ajustadas e corrigidas mais na frente, quando nós fizermos o trabalho geral. Nós não pudemos nos abstrair dessa tarefa e ficar adiando indefinitivamente determinadas etapas que precisam ser cumpridas. Então, de forma muito clara, o entendimento que nós estamos tendo é o seguinte: desde que começou, pelo menos no caso da gente, essa gestão, dois anos, nós estamos discutindo as questões, né? Boa parte das questões que estão presentes nessa minuta principalmente tendo como foco a discussão sobre o Projeto Novo Recife. Foram várias discussões. Boa parte dos aspectos aí... Se de alguns que não foram considerados, eles podem ser vistos, revistos, ajustados, mas boa parte desses aspectos já são objeto de um longo processo de discussão. E um entendimento que nós temos e que, inclusive, nós assumimos publicamente, é que nós temos que encerrar esse ciclo e partir *pra* discussão mais ampla e mais geral da cidade. No nosso entendimento, encerrar esse ciclo, certo? Colocando... É... Digamos assim, contemplando a resultante de todo esse processo de discussão e de debate que a gente teve durante todo esse tempo. Esse projeto de lei, ele adianta, ele apresenta os parâmetros e os requisitos que foram possíveis a partir desse primeiro debate. Evidentemente que ele não teve como fundamento esse estudo completo que só vai ser possível quando nós fizermos um trabalho completo que está ainda por vir, mas também nós não concordamos em adiar indefinidamente a resolução e essa situação do Projeto Novo Recife como foi dito lá trás. E eu tô dizendo isso de uma forma muito clara. Essa agenda precisa ter uma conclusão *pra* que a gente possa partir para agendas muito mais estratégicas e estruturadoras *pra* essa cidade. O Plano Diretor apresenta a necessidade de um plano específico *pra* área do Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga. Evidentemente que eu também acho, também concordo, que essa versão, esse plano específico, talvez precise, à luz da legislação geral, quando nós olharmos *pra* revisão do Plano Diretor, do zoneamento da cidade no seu conjunto, da nova lei de uso e ocupação do solo, da nova lei de parcelamento, da regulamentação de instrumentos como **outorga onerosa**, transferência de direito de construir, etecetera. Quando nós tivermos debruçados nesse trabalho, eu não tenho dúvida que nós vamos fazer uma releitura. Não só desse território como de todos os outros territórios da cidade, mas num horizonte muito mais amplo, certo? Só que uma coisa é nós trabalharmos nessa perspectiva mais ampla e estratégica e a outra é nós dizermos que a cidade vai parar. Nós vamos parar todas as agendas particulares, *tá* certo? Da cidade. Não vamos resolver mais essas questões que precisam ser resolvidas enquanto nós não construirmos essa visão mais estratégica. Então, veja, de forma... Eu acredito que

muito franca em que pese eu saber que existe a divergência, e isso é bom e natural que aconteça, de entendimento de muitos dos conselheiros e conselheiras e pessoas que estão aqui presentes, mas a visão e a leitura da Prefeitura da Cidade do Recife, inclusive com sua responsabilidade institucional, *né?* De representar e dialogar com todos os seguimentos da sociedade, *tá certo?* Com a diversidade de olhares, de interesses, de visões que é peculiar numa sociedade complexa e diversa e plural como a nossa, *tá certo?* Precisa oferecer soluções que vão estabelecendo as mediações possíveis dentro desse processo histórico de construção de uma cidade mais justa, mais humanizada, com uma melhor qualidade urbana e ambiental, que no final de contas é princípio geral pelo menos que é comungado por todas e por todos, *tá certo?* Então, eu espero que, com essa fala, *né?* Tenha ficado claro a visão da Prefeitura. Respeitando diversas observações, *né?* Que foram feitas do ponto de vista urbanístico, mas deixando claro que nós precisamos vencer uma etapa do debate aqui da cidade e, quem sabe, provavelmente, acumular toda uma discussão e um debate para os processos que vão vir de forma mais ampla, de forma mais geral, *né?* De discussão do planejamento urbano. É... No nosso entendimento, no nosso registro aqui, eu não sei se... Mas me parece que foram feitas, é..., como proposta de encaminhamento, uma proposição de criação de um grupo de trabalho; uma proposta de realização de uma audiência pública; foi feito uma solicitação de, é..., um parecer, mas essa solicitação foi individualizada, depois a gente pode, é..., responder especificamente ao conselheiro que fez essa solicitação; e tivemos outras observações contra a própria natureza, digamos assim, da construção do, é..., projeto de lei. É... Alguém apresentou outro tipo de encaminhamento que queira ver registrado com mais clareza? Pois não, Fernando.

**01:07:22 – Fernando de Alcântara –** É... Bom dia a todos. É... *Pra* quem não me conhece, eu sou Fernando de Alcântara. E eu tenho assistido aqui a sessão e, como todo respeito ao que foi dito aqui, os encaminhamentos que o Secretário tem apontado, é..., eu refleti e eu tenho o dever de fazer um pronunciamento porque em todas essas falas a única pessoa que foi citada nominalmente foi eu. E a pessoa que me citou é uma pessoa que eu tenho um grande respeito não só pelo que ela representa a todos nós na qualidade de arquitetos e urbanistas, mas por a gente ter tido experiências de trabalho. E eu preciso falar e... Como Amélia me citou nominalmente, é... Esse pronunciamento é de Fernando de Alcântara, ok? E eu não vou me furtar ao entendimento de que plano específico requer modelagem, requer informações. E eu digo a todos vocês que... Aos meus colegas que estão aqui

presentes, que, é..., é natural que, como arquiteto e urbanista, eu esteja alinhado com essa visão de vocês, tá? Então quero deixar isso aqui bastante claro. Ao mesmo tempo, considero também que num processo de construção, como foi dito pelo Secretário Antônio Alexandre, né? Esse é o material que passou por muitas mãos, né? É um trabalho multidisciplinar, porém eu não me sinto na competência de analisar questões que não sejam da minha formação. Então, nesse momento, eu não vou... Se tem questões de âmbito jurídico, por exemplo, eu não posso me pronunciar. Agora, quanto à questão de urbanismo, eu preciso dizer a vocês que eu tenho o mesmo entendimento porque isso se faz por formação. Eu agradeço a atenção.

**01:09:39 – Antônio Alexandre –** É... Diante das *pro...* Ah! Tem gente...

**01:09:44 – Sinara Dantas –** Sinara, Cendhec. É... Na verdade eu não vou propor. Acho que as propostas são... É o que o Cendhec entende como propostas viáveis de audiências públicas, de construção de GT. Concorde com o Secretário quando ele diz que tem que fechar ciclo. Tem que fechar ciclo, mas não tem que pular etapas. E eu acho que a etapa de, por exemplo, de apresentação, como o próprio arquiteto fala do campo da arquitetura, *pra* que a gente visualize esse processo todo antes de chegar num projeto, numa minuta de um projeto de lei, é extremamente importante uma audiência pública *pra* discutir com toda a sociedade esse processo também é extremamente importante. Então não dá *pra* gente queimar etapas em nome de uma agilidade. *Pra* que? *Né?* Que agilidade? É *pra* quem essa agilidade? Então, eu acho que é importante a gente olhar *pra* isso e pensar que a gente não pode queimar etapas, a gente não pode passar por cima das etapas em nome de um projeto de lei que venha a ser passado agora *pra* mudar depois como? A gente vai passar um negócio que a gente tá entendendo que já tá errado? Então, eu acho que não é esse o caminho. Acho que a gente precisa ir, realmente, no que o pessoal tem apontado no sentido de construir um grupo de trabalho, de construir audiências públicas *pra* começar a entender melhor. Claro, isso foi construído com muito diálogo e vai ter que ser. Continuar sendo construído com mais diálogo ainda, né? Essa é a nossa compreensão.

**01:11:17 – Leonardo Cisneiros –** É... Eu queria... Alô? É... Leonardo, Direitos Humanos. Eu queria reforçar... Não escutei na lista do Secretário a questão do GT,

*né?* Ou seja, é preciso que tenha um grupo que se reúna *pra* elaborar um relatório a respeito da proposta. Justamente que a proposta não pode ser analisada de maneira fragmentária. Ela tem que ser pensada de maneira conjunta e também esse relatório pode ser apresentado relatórios alternativos. É assim que se funciona quando a gente tem materiais dessa ordem para, é..., discutir. Você tem um relatório, sobre ele, relatórios alternativos. É isso. Segundo lugar, a questão do pedido de informação. Eu gostaria de pedir que, *né?* Aberto a todos os conselheiros e estender esse pedido, certo? Dizendo que todos os estudos necessários para a confecção de um plano como esse, que se sabe, é uma questão também de... Espero... De escola, de formação básica urbanística, que tem uma série de estudos necessários como estudo de mobilidade, estudos do potencial de adensamento dessa área e tudo mais, sejam disponibilizados para todo o Conselho para que possa... Uma análise pelos conselheiros das razões porque se escolheram determinadas soluções. Só *pra* citar um exemplo, na região do Cabanga, entre a primeira minuta, que é *pra* ser desconsiderada, mas como ainda não tem aquele mecanismo do filme de apagar a memória. Então assim, a gente não pode esquecer que leu a primeira minuta. Então assim, nela o potencial construtivo na área do Quartel do Cabanga é dois, *né?* Na minuta apresentada ao Conselho é três. Bom! O que justifica esse adensamento adicional? Será que comporta esse adensamento adicional? Será que as estruturas daquela área dá conta de adensar isso aí? Multiplicar aquela área de doze hectares por três dá quase a área construída do Novo Recife no cálculo do Plano Diretor que é uma área construída maior ainda. Então, assim, dá quase trezentos... São doze hectares... Quase trezentos e sessenta mil metros quadrados de área construída, certo? Então isso é muita coisa. Então, é..., tem que se justificar, tem que ter estudos, certo? E não pode ser só voluntarismo que define qual vai ser a direção. Então, eu peço que todos esses estudos sejam disponibilizados para que todos os conselheiros possam fundamentar sua opinião sobre o Conselho, certo? Sobre o projeto, certo? E a questão da formação do GT *pra* fazer o relato.

**01:13:21 – Márcio Erlich –** Márcio, IAB. Eu queria... Outra proposta de encaminhamento, no momento da discussão da Vila Naval no início, as câmaras técnicas não haviam sido formadas e elas nesse momento já foram formadas. Então, eu queria propor o início das atividades das câmaras técnicas que são elas: Saneamento, Habitação, Patrimônio, Planejamento e Mobilidade. São cinco câmaras técnicas que já foram formadas. Tem muita gente qualificada e *pra* discutir esse plano,



inclusive o plano da Vila Naval, que já tá em pauta, né? Há algum tempo. É isso. A proposta das atividades das câmaras técnicas.

**01:14:10 – Bismark Saraiva – Secretário, Bismark da coordenação do Fórum do PREZEIS.** É... Tô vindo pela primeira vez participar desse Conselho e vejo que as discussões ficam, é..., do foco entre o senhor e o restante da plenária. Outros setores da Prefeitura não se pronunciam, não sei por que, certo? Não tem posição. A gente fica achando interessante isso. Então, eu acho que a gente devia ter os técnicos... Se posicionar *pra* que possam falar e debater. Acho que nada pode ser discutido ao infinito como alguns grupos querem fazer. Acho que temos que discutir claramente do interesse da sociedade e do interesse das áreas populares que estão no entorno e não de grupos A ou B. Sabemos que não vamos chegar aqui a consensos. Que não existe consenso. Existe consenso em lugar nenhum. Existem interesses de várias ordens. Se for preciso, a gente vai debater não só comigo aqui, mas com todo o setor que nós representamos aqui nessa plenária aqui e vamos fazer isso. Quero deixar bem claro esse recado *pra* secretária. Queremos ter uma definição do que vai ser, a contrapartida desse entorno, desses projetos lá para as áreas ZEIS que estão no entorno. Esse é o recados que nós lhe damos. Sabemos que a Prefeitura tem que definir também para a cidade. Essa área está degradada há vários anos. Várias gestões incubriram, fizeram negociata e deixaram o terreno lá a ser pego pelos empresários. Questões que muitos defendiam que estão aqui dentro da plenária. Quero deixar bem claro. E nós temos a clareza no Fórum do PREZEIS e sabemos qual é o jogo de interesse, mas, Secretário, precisa, já que foi aprovado o regimento, esse Conselho tem um regimento, que sejam instaladas as comissões. E as comissões... Esse projeto seja apresentado nas comissões com prazo e tempo de discussão. Com cronograma de discussão. E lógico, evidente, que você não vai poder discutir nas comissões apresentar os impactos. O quê que cada artigo representa de impacto na perspectiva urbanística ou na perspectiva jurídica, que eu não sou especialista nisso nem sou pai da matéria, mas a Prefeitura tem que apresentar isso *pra* sociedade *pra* não chegar aqui na plenária e alguém dizer que a Prefeitura está escamoteando em termos técnicos como foi dito aqui. Alguém falou. O senhor não escutou. Alguém disse que usa palavras técnicas que pouca gente entende e que, às vezes, o texto está escamoteando outra situação. Isso é uma denúncia contra a Prefeitura aqui. Da fala de alguém aí. Então, é preciso... A Prefeitura não tem que tá ouvindo isso. A

Prefeitura precisa apresentar qual é os impactos, cada artigo, o quê que vai impactar naquelas regiões. Tais e tais. Contribuições que *vai* está na lei. A se contrapor a argumento de A ou B que possa se dizer que *teja* tendo algum... Escamoteando *pra* interesse da A ou B. Certo, Secretário? Então é essa proposição que eu *tô* trazendo do Fórum do PREZEIS. Que esse texto vá *pra* comissão específica... Que *seja* instaladas as comissões, ou de planejamento que *tá* no regimento, e seja debatido com prazo de tempo, depois volte *pra* ser apresentada aqui ou numa reunião ampla do Conselho ou numa audiência pública *pra* ser apresentada à sociedade. Coisa simples e objetiva.

**01:18:32 – Gomes Filho –** Gomes Filho, é..., **Femocohab.** Bom! É... Com muita alegria nós vimos está nomeação ou a indicação das câmaras temáticas. Eu digo ao senhor Secretário que nós *tamos* ávidos *pra* trabalhar. Eu acho que essas câmaras temáticas elas terão que ser instaladas mais breve possível bem porquê... Por exemplo, eu sou profissional na área de trânsito e gostaria dar grande contribuição na cidade. E a gente não pode ficar dependendo apenas dessa discussão, dessa pauta aí, entendeu? Acho que nós conselheiros da cidade do Recife e não apenas desse projeto. Muitos problemas estão *pra* ser encaminhados ao Conselho e a gente *tá* dependendo dessas discussões do Conselho. Acho que toda discussão é válida. Eu acho que a questão democrática da Prefeitura ela *tá* correta. Agora, nós temos que agilizar as câmaras temáticas. É por lá que vão fluir os grandes temas também que interessam a todo o conjunto da cidade do Recife. É só isso.

**01:19:46 – Nora –** Nora da URB Recife. Aceitando aí a provocação de Bismark, *né?* Que me conhece há muito tempo, eu gostaria de fazer, assim, um pronunciamento em relação a essa questão aí da audiência pública que foi solicitada. A desrespeito de entender esses artigos aqui do projeto de lei, ele deve... Certamente, ele já é um resultado de um plano urbanístico ou de um plano que já vem sendo discutido pelo grupo de trabalho, por esse trabalho aí exaustivo que *tá* sendo feito. Eu concordo e entendo, até também como arquiteta urbanista, também da necessidade de se discutir um plano *pra* área, *né?* E decidir, a partir desse plano, realmente, a gente poder votar aí a lei, o projeto de lei. E aí, assim... Eu coloco que a questão da audiência pública, eu acho que é importante e é fundamental que a gente possa levar, *né?* Dentro dessa situação que *tá* hoje nesse projeto de lei, a gente possa levar ele *pra* uma audiência pública *pra* que a gente possa abrir mais essa discussão. Até pela importância que

essa discussão vai ter *pra* cidade e também *pra* o que a gente *tá* pensando mais *pra* frente, *pra* própria discussão do Plano Diretor. Então, a gente conseguir discutir isso numa audiência pública, eu acho que também vai ser importante *pra* o que a gente *tá* pretendendo mais na frente no âmbito da Prefeitura. Bismark, eu acho que a Prefeitura não *tá* só calada não.

**01:21:25 – Emanuel Barbosa** – Bom! Não são propostas de encaminhamento. Eu acho que é mais de esclarecimento *pro* debate. É... Primeiro queria discordar do Secretário quando ele diz que há visões divergentes entre os conselheiros. Na verdade, eu acho que todas as falas, hoje pronunciadas aqui, foram totalmente convergentes. Desde os representantes da Prefeitura até nós da área mais técnica, o pessoal das representações dos movimentos sociais. Absolutamente convergentes. É... O outro ponto é um pedido, Secretário, a Prefeitura do Recife de parar de usar essa expressão de a cidade não pode parar que vem da herança maldita da gestão anterior como vocês chegaram a dizer em determinado momento. Eu cansei de ouvir, na gestão dessa Prefeitura, essa expressão: a cidade não pode parar, mas a cidade não pode parar, mas a cidade não pode parar. O que significa a cidade parar? Quer dizer, a cidade para quando o empreendimento de impacto é posto em suspensão, sobre análise? Uma cidade da complexidade do Recife para porque nós paramos *pra* analisar um empreendimento de impacto? A cidade é um empreendimento de impacto? Esse ou aquele? A cidade é feita só desses empreendimentos de impactos? Eu acho que tem muito mais coisa na cidade *pra* se fazer *pra* que ela não pare. Mesmo que se congele esses empreendimentos e passe *pra* análise. Eu realmente... Eu achava um desrespeito tremendo na gestão anterior quando se falava isso e uma gestão que considera essa anterior como uma herança maldita continuar usando essa frase, eu realmente acho uma falta de respeito com todos aqueles outros que estão à parte desse processo, dos grandes empreendimentos, dos grandes projetos e que tem viver na cidade também que tão querendo fazer a cidade andar. E que a Prefeitura, por obrigação, também deveria dá tanta atenção quanto. Tenho certeza que há milhares de projetos pequenos parados nas regionais tentando atender a pequenas solicitações, pequenas picuinhas do processo de aprovação, quanto de um empreendimento desse tamanho que é cheio de problemas, cheio de ilegalidades, cheio de questões. Se coloca como ah não! Vamos dá celeridade porque a cidade não pode parar. Então, por favor, é uma questão de respeito *pra* todas as representações aqui e com a cidade como um todo. *Pra* a gente entender que a cidade nunca para. E

não para só por conta da Prefeitura, só por conta do empreendimento de impacto. Né? Eu acho que é um nivelamento conceitual necessário *pra* um Conselho como esse.

**01:24:02 – Sandra Pires** – Sandra, OAB. Eu gostaria de destacar alguns artigos do regimento interno só no sentido de contribuir *pra* responder alguns pleitos que foram formulados pelos colegas conselheiros, ou seja, ajudar, enfim, a gente chegar a algum denominador em relação aos pleitos formulados. Então, em relação ao pleito de audiência pública, o artigo segundo do regimento interno fala das competências do Conselho. E diz no inciso dez que, uma delas, *“é convocar audiências e consultas públicas sobre empreendimentos de impacto, planos urbanísticos, grandes obras públicas, degradação ambiental e projetos de lei nas suas áreas de competência sempre que julgar necessária a participação da população na discussão e elaboração da política urbana”*. Combinado com esse artigo, nós vamos ter o artigo trinta e quatro do regimento que diz o seguinte... É uma sessão específica sobre audiências públicas e diz: *“o plenário do Conselho da Cidade do Recife poderá convocar uma manifestação favorável da maioria simples audiência pública para tratar de temas de sua competência”*. Então, a conclusão que a gente chega é que audiência pública é possível, ou seja, o plenário poderá. Fica a critério da plenária. Se a plenária quiser convocar audiência pública, ela bota em votação e convoca. Audiência pública não é obrigatória. Ela poderá ocorrer com aprovação da plenária. A outra questão eu foi colocada é a necessidade do plano ter que passar pelas câmaras técnica ou grupos de trabalho. Dai a gente também tem dois artigos a analisar, a meu ver. O artigo quinze que fala: *“compete ao plenário”*... Inciso três... *“decidir em caráter definitivo as questões trazidas para análise do Conselho”* e no inciso sete, *“manifestar-se sobre quaisquer matérias das áreas de atuação definidas no artigo primeiro, paragrafo segundo da lei 1803/2014 que foram submetida ao Conselho, ou seja, o plenário pode decidir, em caráter definitivo as questões trazidas pra ele, manifestar sobre quaisquer matérias de sua atuação. Pode fazer isso diretamente, entretanto que, temos ainda o artigo dezoito, inciso três, que diz que “são atribuições das câmaras técnicas apresentar relatório conclusivo ao plenário do Conselho da Cidade sobre matéria submetida a estudo dentro do prazo fixado por este”*. O que dá a entender que as matérias que serão submetidas às câmaras, elas não são automaticamente distribuídas pelo regimento. Elas têm que ser repassadas por alguém. Esse alguém, obviamente, me parece que é a plenária. A plenária decidindo que a matéria deve ir *pra* alguma câmara, então, determinada câmara deverá analisar essa matéria. Então, fica a critério da plenária mais uma vez ou decidir diretamente algum texto, é..., do que

quer que seja... Algum documento, alguma temática que lhe chegue por força do artigo quinze, que lhe dá legitimidade *pra* decidir diretamente alguma coisa, ou se ela decidir que isso deve ser analisado por uma câmara, ela repassa isso pela competência... Segundo o artigo dezoito, inciso, é..., três, que eu acabei de ler, que diz que a câmara técnica, ela tem que apresentar um relatório sobre matéria submetida a estudo. Então, sempre a câmara, ela vai receber alguma matéria que ela tem que estudar. E ela recebe de quem? Da plenária. Não tem de outras forma porque aqui, pelo menos no regimento, a gente não pode... Se os colegas tiverem conhecimento de alguma outra regra é só avisar que a gente, é..., aprecia, mas, aparentemente, não há uma distribuição. Há criação de câmaras fixas, mas o que vai *pra* cada uma é uma decisão da plenária. E a outra questão que eu queria colocar, a última, é essa questão da legitimidade *pra* pedir uma maior participação que é uma fala bastante generalizada que a gente ouviu aqui por parte de todos, num é? Desse pleito com a exigência de se ouvir mais, de se ter mais esclarecimentos sobre esse projeto de lei que foi apresentado. E aí eu acho que realmente há uma legitimidade *pra* pedir uma maior participação eu *tá* no artigo segundo do regimento quando diz que as competências do Conselho da Cidade do Recife entre elas *“contribuir com a elaboração e acompanhar a implementação e monitoramento dos planos de interesse do desenvolvimento urbano e ambiental, inclusive de planos de longo prazo, planos regionais e microrregionais e planos setoriais zelando pela integração com as políticas setoriais de desenvolvimento urbano”*. Então, no momento de que uma da competência do Conselho é contribuir com a elaboração, é..., me parece legítimo então, é..., o pedido de maior esclarecimento sobre o projeto de lei. Acho que a gente não tem como negar essa legitimidade de pedir maior informação. Então eram só essas colocações.

**01:29:28 – Antônio Alexandre** – Bom! Pelas propostas que foram, é..., apresentadas aqui de encaminhamento dessa discussão, é..., me parece que uma proposta ela é consenso. Convocar a realização de uma audiência pública *pra* discutir o projeto. É... Tem *uma* outra proposta que se desdobra em grupos de trabalhos, câmaras temáticas, enfim. E que haja uma sessão de apresentação técnica, digamos assim, mais detalhada dos fundamentos da proposta, *né*? Que possa ser discutida. Eu... Pelo menos a leitura da mesa e a sugestão, a proposta que a mesa faz é de que essas diversas reflexões elas converjam para que haja uma reunião da câmara temática de Planejamento Urbano. É... De Planejamento Urbano... Deixa eu vê o nome dela direitinho aqui. A câmara técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente *pra* que possa haver um detalhamento técnico, digamos assim, maior da construção

dessa proposta. Então, é..., a mesa apresenta para vê se tem alguma outra proposta alternativa que o encaminhamento para essa reunião seja: ponto um, a convocação de uma audiência pública, *né?* Aprovada aqui pela plenária do Conselho da Cidade; e, ponto dois, a realização de uma reunião técnica específica para apresentação dos parâmetros técnicos e requisitos técnicos de construção da proposta que está sendo apresentada. É... Existe alguma proposta alternativa a isso? *Hã?* Sim, Sim. A câmara técnica é mais restrita, é uma apresentação mais técnica dos requisitos *pra* câmara técnica e audiência pública é um momento mais amplo.

**01:31:39 – Conselheiro não identificado** – Essa câmara técnica vai anteceder a audiência pública, num é isso?

**01:31:43 – Antônio Alexandre** – Isso.

**01:31:44 – Conselheiro não identificado** – Pronto, segue a audiência pública.

**01:31:45 – Antônio Alexandre** – Antecede a audiência pública.

**1:31:48 – Leonardo Cisneiros** – A publicidade dos estudos também. Toda a documentação tem que ser publicizada e disponibilizada tanto para os conselheiros quanto, posteriormente, para a população participar da audiência. Isso é uma exigência do Estatuto da Cidade também.

**01:32:10 – Antônio Alexandre** – Não. Veja! Uma entidade... É... Veja... Veja... A câmara técnica é formada pelos conselheiros e conselheiras representantes das instituições que estão na câmara. Evidentemente...

**01:32:34 – Conselheiro não identificado** – ...Que todos os setores técnicos que estão aqui já têm suas sugestões prontas *pra* botar. Então eu acho que isso é rapidíssimo.

**01:32:40 – Antônio Alexandre** – É. Eu acho que... Veja mesmo... A demanda foi para uma apresentação, inclusive teve uma falha... Eu me lembro bem de... A fala da professora Amélia Reinaldo era para se apresentar tecnicamente os requisitos, os estudos que serviram de base para formulação desses requisitos técnicos essa apresentação para a câmara. Pois não.

**01:33:02 – Conselheira não identificada** – É. A câmara técnica está instalada? Essa câmara técnica está instalada?

**01:33:06 – Antônio Alexandre** – Bom, ela não teve ainda uma sessão de instalação. O que teve foi a apresentação de quais eram... Os estudos e os instrumentos que estavam, digamos assim, apresentados como pauta da câmara. Houve a indicação das entidades que queriam participar dessa câmara, pela natureza, *né*? Pela sua, digamos assim, familiaridade ou relacionamento com o tema. E ficou de se... Da prefeitura estabelecer a logística necessária para que a gente pudesse iniciar o funcionamento das câmaras.

**01:33:39 – Sandra Pires** – Eu estou compreendendo então, a partir até da fala da colega, que caso a plenária decida colocar isso para a câmara técnica, precisaria haver essa decisão. Essa câmara técnica podia se reunir, propor um plano de trabalho, um cronograma e definir as informações que são necessárias para os trabalhos da câmara, que foram parte delas ou a totalidade já foram solicitadas aqui, mas isso vir para as mãos da câmara técnica e, a partir daí, de um cronograma proposto, é..., fazer um trabalho de aprofundamento e compreensão do que foi proposto. Participar na elaboração da minuta com bem diz ali... O que a colega levantou também e, aí sim, voltando para a plenária decidir por uma audiência pública ou de qualquer outra coisa que fosse parte do plano de trabalho aprovado. Com seria? Só um minuto. Ela disse por que já está decidida. Isso está claro, eu digo a data desta audiência? E o que levaria para essa audiência?

**01:34:57 – Conselheiro não identificado** – Secretário, o mais importante, acredito, depois de vermos a minuta em papel sem nenhuma, digamos, justificativa, apresentação da Prefeitura da parte técnica, que tem muita competência para isso. É necessário até reagendarmos nova reunião do Conselho onde seriam efetivadas as câmaras técnicas. Eu acredito que poderia aproveitar nesse momento a presença de todos, uma apresentação da Prefeitura nos indicando parâmetros, parcelamento e tudo mais para poder daí termos o trabalho exclusivo, digamos, de cada câmara, dessa específica, inclusive. Audiência pública... Para se ocorrer uma audiência pública, acho interessante o Conselho da Cidade está, no mínimo, afinado do que vai ser apresentado. Se formos hoje para uma audiência dessa forma, não vamos ter resultado nenhum. É improdutivo.

**01:35:56 – Antônio Alexandre** – É... Bismark tá inscrito?

**01:35:59 – Bismark Saraiva** – Secretário, veja bem! Aqui foi discutido o consenso que não havia condições de se ter uma leitura nem técnica na área de urbana nem jurídica dos parâmetros que *foi* apresentados por esse plano aí. Isso foi dito por todo mundo aqui. Foi dito que era preciso seguir o regimento. É importante seguir o regimento. Foi aprovado o regimento. Tem uma câmara temática que especifica para discutir esse tema. É evidente que você tem que discutir primeiro na câmara temática. Se esse tema não está claro, quais são os impactos, quais são as implicações que essa proposição desse plano específico vai ter para aquela região, precisa ser discutido na câmara temática, internamente, depois voltar para aqui para a plenária do Conselho. Apresentar para depois apresentar numa audiência pública. Esse Conselho precisa se absorver por completo do que é que tem realmente das divergências de impacto, ou não, para que esse Conselho possa definir se isso realmente é consensual, ou não, e botar em votação aqui. Tem que botar em votação. Se vai ter audiência pública ou não vai ter. Ou se vai discutir ou não vai? Quem vai ficar em cima do muro que fique em cima do muro, mas bote... Mas venha discutir aqui na plenária do Conselho da Cidade se vai ter audiência pública e quais são os impactos que *vai* ser apresentados para todos os conselheiros tenham conhecimento do que é os questionamentos que foram tidos nessa plenária de hoje e que o resultado do trabalho da comissão temática vai trazer para essa plenária de volta. Esse é o meu entendimento a nível do que eu



aprendi politicamente, desses anos que eu conheço politicamente. E não pode daqui a comissão temática discuti e já ir direto para a audiência pública sem ter esse Conselho tomado a decisão uniformemente ou com as divergências que ele tenha. Então, esse é o meu posicionamento do **Fórum do PREZEIS**. Procedimento: botar em votação hoje se vai ter a instalação da câmara temática e quem são os membros que vai compor. Já tem a composição? Já tá definida? Então, pronto. Então, pode já encaminhar, aprovar que vai para a câmara temática ou não vai? Essa plenária tem que decidir se vai para... De acordo com o regimento que a OAB apresentou, tem que decidir se vai para a câmara temática esse tema aí. Vai para a câmara temática, discute e vê um cronograma de tempo. A câmara define o cronograma e volta para o Conselho para apresentar. Essa é a minha posição.

**01:38:50 – Antônio Alexandre** – Obrigado, Bismark. É... Maurício... Eita...

**01:38:53 – Sandra Pires** – É... Só um instante... Só para completar aqui. Eu tanto concordo... Eu concordo com o colega aí representante do **PREZEIS** quanto com o representante da ADEMI no sentido de que em quanto não estiver claro para a plenária, para todos os conselheiros, e assim todo mundo fechado com uma posição, um resultado final desse texto, é prematuro levar para uma audiência pública, abrir discursão para uma audiência pública. Acho que primeiro a gente tem que ter a discursão de clareza em relação a isso e depois votar à audiência pública. É... A outra coisa que eu queria ponderar é que as câmaras técnicas, pelo regimento, elas são órgãos permanentes do Conselho e são em número de cinco. E cada uma... Então, a gente tem a de Habitação; Saneamento; Trânsito/transporte; Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente; e Patrimônio Histórico e Cultural. É... A composição dessas câmaras foi traçada na última reunião do Conselho e integrou cada uma dessas câmaras um número grande de conselheiros, mas que tem mais afinidades, ou seja, de órgão com mais afinidades com cada uma dessas câmaras. Então, eu me questiono se, assim, a gente deveria utilizar uma dessas câmaras para análise e, obviamente, se for fazer isso, seria... É difícil escolher uma delas porque como é multidisciplinar essa discursão... Pronto. Então, na verdade, não é... A gente não está falando de câmara, a gente vai ter que criar um grupo de trabalho. Que pelo regimento essas câmaras são fixas. O que varia é a figura do grupo de trabalho que diz o seguinte: *“os grupos de trabalho terão caráter transitório e serão criados com a finalidade de avaliar, discutir e propor ao plenário e à presidência temas e assuntos de caráter emergencial assim definidos em plenário que venham ocorrer no âmbito do*

*desenvolvimento urbano do município. Então poderão ser criados tanto grupos de trabalho quantos forem convenientes ao Conselho. Aprovados por maioria simples do plenário". É... Então, aqui sim, a gente tem condição de misturar todo mundo e criar um grupo específico. Bom! Me parece. Fica aberto aí para discussão.*

**01:41:06 – Sebastião** – Bom! Ficou claro aqui, pelas discussões que foram travadas, que o ponto principal que hoje o Conselho sente falta é exatamente a exposição aqui da definição desses parâmetros urbanísticos que resultaram nessa minuta do projeto de lei. Então, sem prejuízo da criação desse grupo de trabalho, poderíamos aqui apresentar uma proposta no seguinte sentido... De que respeitando apenas o prazo regimental que é estabelecido para a convocação de reunião extraordinária do Conselho, que seja convocado esse grupo de técnicos que permitiram a definição desses parâmetros urbanísticos que aqui foram apresentados, e que eles façam aqui uma apresentação para que nós nos sintamos confortáveis, para, a partir daí, possamos verificar se realmente uma audiência pública deve ser convocada. Imagine que o Conselho entenda que as explicações sejam convincentes por parte da definição desses parâmetros urbanísticos, ou não. Então, o grupo de trabalho, que o representante aqui da OAB citou, ele entraria em mais detalhes a respeito disso e aí em diante o Conselho iria novamente decidir se a audiência pública deveria ser convocada ou não; mas eu entendo que o passo fundamental agora é dentro apenas do prazo regimental. Sete dias ou dez dias... Não me lembro agora... Esse grupo de técnico que permitiu, exatamente, a definição dos parâmetros urbanísticos apresente aqui as motivações que levaram a esses detalhes, essas definições que estão aí nessa minuta do projeto de lei. Essa é a proposta.

**01:42:50 – Conselheiro não identificado** – Eu queria só fazer uma contribuição. Acho que é importante que esse grupo de trabalho também continue a funcionar após a audiência porque se a gente vai ouvir contribuições da sociedade... Eu digo o seguinte: quando se cogitou em criar a câmara técnica e depois decidir pela audiência, eu acho que a audiência vai trazer elementos que deverão ser discutidos, se for grupo de trabalho, no grupo de trabalho. Então, o resultado do... O parecer desse grupo de trabalho deverá refletir não só a posição dos conselheiros das áreas competentes como também da sociedade civil. Então, eu acho que tem que tá esse grupo de trabalho... Ele ficar... Acontecer... Começar, vamos dizer, a partir dessa apresentação do plano urbanístico, que é uma possibilidade, e acontecer à audiência e depois viria o

parecer para a votação do Conselho com relação ao projeto de lei. Essa é a minha sugestão.

**01:44:05 – Leonardo Cisneiros – Licença. É...** Leonardo Cisneiros. Direitos Urbanos. Eu quero esclarecer que a obrigatoriedade, a exigência, de audiência... Daí eu peço a ajuda, a colaboração, o apoio, da representante da OAB aqui como defesa da legalidade. Está prevista já no Estatuto da Cidade que pode discutir... Vamos dizer assim, a abertura para pedir ou não em outros casos. Nesse caso não pode. Nesse caso está previsto no Plano Diretor a confecção desse plano urbanístico. Portanto, classifica como implementação do Plano Diretor que, segundo o artigo quarenta do Estatuto da Cidade, parágrafo quarto fala no processo de elaboração e na fiscalização de sua implementação. “O poder legislativo e executivo municipais garantirão a promoção de audiências públicas e debates com a população e de associações representativas dos demais seguimentos da sociedade. Depois, publicidade quanto aos documentos e informações produzidos”. Terceiro, “o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos”. Isso aqui não é negociável, certo? Isso aqui não se discute. Se não tiver, a gente vai entrar um mandado de segurança, levar ao Ministério Público, entrar com improbidade administrativa como está previsto, inclusive, no artigo cinquenta e dois do Estatuto das Cidades, que aí a improbidade administrativa do prefeito não cumprir essas exigências. Então, isso não é negociável. O que é negociável aqui e discutível é em que momento a audiência pública se realiza dentro de um processo de análise. Vamos dizer, do relatório do plano. Então, assim, o que eu estou percebendo, como preocupação dos conselheiros, é que a audiência não seja simplesmente jogar uma minuta de um projeto de lei, certo? Em que todos os problemas que foram levantados aqui sejam reproduzidos, ou seja, o problema de discutir um projeto de lei se vai se repercutir na audiência. Não é a audiência que vai sanar esse problema, certo? Então, a gente precisa realmente entender melhor, entender quais são os estudos que estão por trás, certo? Disso aí. Toda a documentação como previsto, inclusive, no Estatuto da Cidade. Tudo isso seja trazido para o Conselho. Os técnicos façam os esclarecimentos do que baseou todas as escolhas e o Conselho defina a pauta da audiência a partir daí. O resultado dessa audiência deve ser sistematizado e entregue ou para o... Ou seja, para o núcleo de trabalho, ou seja, para o GT que vai produzir o relatório. Isso aí também é uma exigência do direito administrativo. Motivação da decisão, ou seja, para decisão ser motivada toda essa informação produzida tem que ser considerada no relatório. Em qualquer audiência funciona desse jeito, certo? Audiência é uma fase de instrução do

processo administrativo. Então, ela instrui, traz informações que vão basear a decisão. Seria esse o percurso natural, certo? O único percurso razoável, *né*? De acordo com a legalidade. Então é essa a proposta que a gente encaminha aqui, ou seja, que seja feita uma reunião com os técnicos para os técnicos apresentarem todo o material, que seja previamente distribuído para os conselheiros, responder perguntas, esclarecer todas as dúvidas. A partir daí se defina a agenda da audiência pública e essa audiência pública seja sistematizada e analisada. Seja pelo GT, seja pelo núcleo, pela câmara técnica que vai tratar do assunto, certo? Só ressaltando, inclusive, que a audiência pública realizada em junho do ano passado, sobre as diretrizes... A gente recebeu uma *maçaroca* de... A gente fez o pedido e recebeu uma *maçaroca* de contribuições, mas não houve nenhuma sistematização. Então, não houve uma explicação da Prefeitura de como aquelas sugestões de lá chegaram nisso aqui. Por que umas entraram e outras não entraram? Certo? Então, isso aí, já de certa maneira, invalida aquela audiência como audiência para isso aqui, certo? Aquela audiência foi só ***brainstorming***, ok? Os técnicos fizeram escolhas, *tá*? Mas, isso tem que ser esclarecido como daquelas propostas chegou a isso aqui. É esse o encaminhamento que eu quero proponho.

**01:47:36 – Bismark Saraiva** – A leitura do companheiro do Direitos Humanos está equivocada. Primeiro porque esse Conselho tem autonomia de decidir e ninguém está ferindo a legislação aqui em nada. Então, nós estamos seguindo a primeira etapa de discursão aqui. O que eu estou compreendendo aqui é isso. Uma primeira etapa de discursão que foi apresentada pela Prefeitura uma proposta de um plano específico. Esse plano específico, tendo divergência nesse Conselho, está se propondo que tenha uma reunião ou grupo de trabalho ou a câmara temática, que uma proposta mais interessante é que vá para o grupo de trabalho que possa reunir os diversos atores aqui. Esse grupo de trabalho terá um prazo específico de tempo que será tirado, apresentado, pelo setor técnico da Prefeitura os impactos e as implicações urbanísticas e jurídicas que essa proposta vai ser apresentada, certo? A ser apresentado aqui e voltar para esse Conselho. Esse Conselho vai deliberar se essa proposta do plano específico é condizente, a partir do estudo desse grupo de trabalho, os impactos, ou não, para que se possa definir e socializar com todos os representantes essas *proposição*. A partir daí... Esse é meu entendimento, que vá a ser votado aqui para se aprovar uma audiência pública e se apresentar e a Prefeitura fazer uma audiência pública e se apresentar a toda à sociedade. Essa é posição nossa... Dos entendimentos que nós temos. Nós não temos que ir logo direto para a

audiência pública não porque nós não estamos ferindo legislação nenhuma aqui. Isso não existe aqui. Esse é um entendimento do **Fórum do PREZEIS**. Nós estamos aqui caminhando, se ele quer seguir o Estatuto da Cidade ele vá pegar e vá *pra* lei. A Câmara de Vereadores... ainda vai um projeto para a Câmara de Vereadores. A Prefeitura, o Conselho é que pode convocar uma audiência pública. Esse Conselho tem autonomia de convocar e a Prefeitura também, se quiser, a gestão pode também convocar *uma* outra audiência pública. E a Câmara de Vereadores também ela pode convocar *uma* outra audiência pública. Então, companheiros, prazo *pra* audiência pública, pode ter várias. Então, ninguém está aqui ferindo legislação nenhuma. O que está seguindo é o passo a passo, etapa por etapa, como disse aqui, em falas anteriores, para que seja discutido democraticamente com todos os conselheiros o entendimento, para que não tenha entendimentos aqui dizendo que está escamoteando no bojo da lei artigos com parâmetros urbanísticos para beneficiarem interesses A ou B, que foi dito aqui nessa plenária de hoje. Foi dito aqui e gostaria que depois o secretário se pronunciasse sobre isso. É... porque foi dito aqui que poderia ter um texto muito bonito e que estava se escamoteando os artigos urbanísticos ou jurídicos aí da proposição. Então para que isso não sai a daqui... Esse plenário que tem gente de responsabilidade política. Aqui a gente quer que seja criado o grupo de trabalho... Tem instituições aqui. Para que seja realmente claro e ficar bem claro isso aqui para nessa plenária, que não está se escamoteando coisa alguma. Porque o **Fórum do PREZEIS** não vai assinar nada aqui, escamoteando nada aqui não. Só se outras instituições *for* fazer isso, mas eu acredito que não, a maioria aqui não vai fazer isso. Então, nós queremos o debate aqui internamente primeiro para que abra o grupo de trabalho, discuta, traga *pra* cá *pra* ver as implicações se está favorecendo interesses econômicos e financeiros ou jurídicos de A ou B, certo? Ser bem claro para que se discuta aqui, claramente... E se a prefeitura e o setor técnico apresentem as implicações dos artigos e dos incisos e dos parágrafos que estão no bojo desse plano específico, certo, Secretário? Essa é a proposição que nós estamos trazendo do **Fórum do PREZEIS**.

**01:51:56 – Conselheiro não identificado –** É... Eu acho que todo mundo aqui está concordando, na maioria das coisas, e cabe agora, Secretário, a Prefeitura objetivar, certo? Como o companheiro aqui falou, mais rápido possível, dentro dos prazos regulamentares, convocar essa apresentação, é..., técnica dos requisitos que fundamentaram essa minuta, certo? E já nessa próxima reunião uma proposta de um esqueleto de agenda e de cronograma, certo? Que oriente tudo, certo? Porque não dá

para, é..., a gente ficar sem saber para onde está indo com todo mundo concordando com a maioria das coisas, mas cada um querendo de uma forma diferente, certo? Eu acho que tem que ter um rumo, certo? Objetivar, apresentar e criar essa agenda, certo? Agora essa agenda, eu acho, que se cada um aqui for apresentar vai sair uma agenda diferente. Então, eu acho que a Prefeitura tem que assumir as rédeas disso, certo? Propor sua agenda diante tudo o que ela escutou aqui, certo? E essa agenda ser discutida, ser validada aqui na plenária, certo? Quando vai ser formado o grupo de trabalho, quem compõe esse grupo de trabalho, certo? É... Prazo de ir, prazo de voltar, certo? Onde vai ser apresentado e como vai ser apresentado. Eu acho que tem que se compilar tudo que foi dito aqui e a Prefeitura propor, é, essa agenda, certo? Para deixar as coisas, pelo menos, com um norte de para onde vai seguir, certo? Não ficar... A gente chegar na outra reunião sem saber para onde está indo porque vai se perpetuar reunião atrás de reunião, audiência pública atrás de audiência pública, certo? E um ponto específico que a gente está discutindo aqui do plano específico vai se misturar com revisão de Plano Diretor e não vai sair do lugar, certo? Eu acho que tem que se objetivar. A Prefeitura tem que tomar as rédeas disso e a gente aqui já deu a contribuição aqui todo mundo falou o que queria falar, disse o quê que queria, a Prefeitura tem que escutar e tem que propor. E a gente na próxima reunião assumir um compromisso de validar essa agenda, esse cronograma, esse norte, senão vai se perpetuar reunião após reunião e não sai do lugar.

**01:54:18 – Antônio Alexandre** – Pessoal, nós temos mais uma pessoa inscrita. É... O apelo que nós fazemos é o seguinte: eu acho que a gente já teve aqui um apanhado muito grande de contribuições, de visões, de leituras de como deve ser o encaminhamento. Após essa intervenção a mesa vai fazer um esforço de consolidar, ver quais são os encaminhamentos possíveis para a gente poder ir afunilando, *né?* Para um... Pelo menos, definir um encaminhamento aqui mesmo. Mesmo que a gente tenha que colocar em votação propostas divergentes, mas a gente vai fazer uma tentativa de sistematizar o que foi dito aqui *pra* ver se a gente chegar a propostas para votação.

**01:54:53 – Gustavo de Miranda** – Bom! Bom dia! Realmente, eu queria pedir desculpas. Cheguei bem atrasado. Sou Gustavo de Miranda, presidente do Sinduscon/PE. Eu tenho participado de poucas dessas reuniões. Outros colegas nos representando, mas eu venho aqui hoje, é..., sem querer causar muito alarde, mas

fazer uma reflexão, Secretário. Nós fechamos o ano de 2014 com dados dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil com uma redução de 20.000 (vinte mil) postos de emprego. Nós ainda não desmobilizamos a refinaria por completo. Iremos fazer isso agora até o final do ano, deste 2015, quando devem ser demitidos mais vinte e cinco mil operários. Nós temos a fábrica da FIAT, graças a Deus, aí já nos jornais começando a mostrar os carrinhos saindo muito bonito. Haverá uma redução de cerca de quatro mil e quinhentos postos de trabalho. A gente tem um programa de investimento do Governo do Estado aonde o Governador Paulo Câmara, a quem peço todo o esforço, anuncia que deverá investir vinte por cento dos três bilhões que havia inicialmente programado. A Prefeitura alerta também, que há uma redução bem significativa no seu programa de obras. Eu acho que tudo o que vocês estão falando aqui converge para a necessidade de resolvermos, respeitando a lei, ouvindo as opiniões de todas as partes, mas a minha proposta, de uma forma bem objetiva, é o seguinte: essas reuniões elas são muito sucessivas e muito demoradas. Se o senhor concordar, a gente tornaria isso aqui uma assembleia permanente, tá certo? E continuaríamos como acontece nas negociações trabalhistas. Até que se chegue a um consenso. Não acaba mais a reunião. Acaba quando acabar de esgotar isso aqui porque vai ter que ter um fim. Porque senão vai vim carnaval e aí não vão marcar nada para o mês de fevereiro. E depois vai vim Semana Santa e depois vai vim São João e aí precisa se encontrar uma solução. Eu não tenho dificuldade nenhuma de lembrar aqui a alguns colegas presentes quando o governador Eduardo Campos quis e precisou resolver a operação reconstrução, ele colocou uma parcela expressiva da sociedade em uma sala, trancou a porta e disse: *“só sai daqui quando isso se resolver”*. E tínhamos problemas enormes. CPRH, IBAMA, mas resolveu-se, né? Então... Pronto! Não sabia quem era o inspirador, mas eu acho o seguinte: ou se toma uma atitude, e eu vou continuar ressaltando, eu disse aqui que nós vamos respeitar a lei, vamos respeitar as opiniões de todos, agora tem que se resolver. Porque para ficar filosofando eternamente. Se serve de consolo, não tem problema nenhum não. As empresas locais, elas trabalham em outros estados, agora para-se a cidade e espera-se para ver o que vai dar. Companheiro, eu tô colocando a minha opinião e aqui democraticamente eu ouvirei a de todos. A minha proposta é de já que se quer discutir, vamos continuar discutindo, inclusive agora hoje à tarde e amanhã e domingo e segunda e aí um dia acaba. Agora, o que não pode é parar para se começar a se discutir de novo depois do carnaval. Eu tô me colocando à disposição para a gente ficar aqui o tempo que for necessário. Agora, tem que se chegar a um consenso. Ou vai se ficar discutindo, marcando reunião, marcando reunião. Será possível que ninguém está notando que esse negócio está ficando improdutivo? Não? Então...

Não... Esqueça. Olhe! Se não desarmarmos esse negócio de empresas... Eu tô falando é de um negócio mais importante chamado emprego. As empresas elas vão trabalhar em outros estados, em outras cidades. Não tem problema nenhum não. Agora, é uma proposta, que pelo visto não é bem aceita. Perdoe. A intenção era de colaborar. Agora, vai se discutir a partir de quando, doutor Alexandre? Quando é que voltar a ter outra reunião? Depois do carnaval.

**01:59:26 – Antônio Alexandre –** Nós vamos encaminhar isso ainda.

**01:59:53 – Gustavo de Miranda –** Pronto. Eu tô pondo... Veja! A gente tem que ser objetivo. A minha proposta é continuarmos a reunião hoje à tarde. Proposta lançada. Tem outra? Coloca e vota. Se perder, democraticamente, eu aceito. Agora, eu gostaria de trabalhar amanhã. Gostaria de trabalhar no domingo. Gostaria de trabalhar na segunda. Se tem algo melhor a ser feito... Pronto. E eu estou colocando uma para ser derrotada. Jander, a proposta que eu quero que registre é que o Sinduscon quer que, se possível, e aceito, se for aceito, a assembleia seja permanente até o fim da discursão.

**02:00:12 – Antônio Alexandre –** Tá bom! Obrigado conselheiro. É... Bom! Nós vamos agora como a gente... Gente, olha! Veja! Existem... Pessoal... Existem várias propostas, né? Posicionamentos evidentemente que nós não podemos ficar abrindo. Vamos tentar estruturar. Veja! Na verdade, assim, no entendimento no esforço aqui de sistematizar,... No esforço de sistematizar o que foi apresentado como proposta de encaminhamento... Havia... Foram identificadas algumas preocupações e algumas propostas de encaminhamentos. Como preocupação, primeiro, que nós precisamos ter um momento em que seja apresentado, de forma mais aberta, quais foram às referências, os estudos e os parâmetros que levaram a construção dessa proposição ou os ajustes que venham a ser necessários, mas o que foi que fundamentou isso aqui. A partir disso, existem propostas que dizem que isso se faz um GT, usa a câmara técnica e tal e não sei o que, mas essa é uma preocupação. Uma segunda preocupação é em relação à convocação da audiência pública. Se ela precede o processo de sistematização das contribuições ou se ela vem depois de um processo de acúmulo. Não. Existem leituras divergentes... Ou se ela vem depois, é..., de um processo de discursão aqui no Conselho. É... Bom! Em relação a isso... Sim. E *uma*



outra questão também está associada e esses dois tipos de preocupações vem também muito do processo, *né?* Digamos assim, mais longo ou um processo menos longo de apreciação por esse Conselho dessa matéria, *né?* Porque, evidentemente, um procedimento que implique estudo, não sei o que, todo um cronograma de trabalho, parecer e tudo mais, é uma coisa que vai se estender durante algum tempo até que se tenha, digamos assim, a produção, digamos assim, do entendimento técnico desse Conselho. Bom! É... O que a mesa propõe é que a gente possa fazer por... A gente possa ir avançando esse encaminhamento até por partes, *né?* Essa é uma proposta a outra seria a gente tentar organizar algumas propostas em bloco, *né?* É na verdade assim, nós poderíamos decidir, por exemplo, se é consenso... Isso é uma proposição de cabeamento com a mesa. Se é consenso, por exemplo, nós marcamos, é..., aprovar aqui, que nós vamos marcar uma próxima reunião para a apresentação técnica, uma apresentação técnica mais detalhada. Vencido isso, a gente diz se é grupo de trabalho ou câmara técnica, *tá certo?* Pode discutir depois a questão da audiência pública, *tá certo?* Então essa é a proposta que a mesa faz nesse momento de levar esse encaminhamento. Marcar uma próxima reunião para a apresentação técnica se vai ser GT ou câmara técnica. Por exemplo, eu, particularmente, entendo que como nós temos uma câmara técnica instituída que se propõe exatamente a fazer esse tipo de debate. A gente deveria aproveitar essa câmara técnica do que criar mais um grupo de trabalho, e discutir aqui a composição, e fazer não sei o que e tal, a gente tendo uma câmara técnica que, inclusive, pode até abrir... Não... Eu estou falando... A câmara técnica que pode até abrir para convidados ou para pessoas que queiram participar, mas você tem uma câmara técnica sobre esse tema instituída no Conselho. Não... Eu sei... Mas a câmara técnica tem... É... Mas aí pode ver... Olha! Veja! Mas várias entidades estão representadas. Várias entidades estão representadas aqui. Podem ir até, *hã?* A reunião, inclusive, pode ser aberta, mas é uma reunião que a gente chama pela câmara técnica. A gente abre, a gente vê quem tem o interesse. Claro que a gente vai ter que saber antes de quem é o interesse para ver o espaço porque não é sempre que a gente consegue um auditório *né gente*, tem que ver espaço.

**02:04:43 – Leonardo Cisneiros –** Secretário, licença...

**02:04:46 – Antônio Alexandre –** Uma coisa dessa não acontece por acaso não. A gente tem que procurar, tem que agendar, tem que ter uma logística, tem tudo. Todo

mundo sabe que isso aqui. Não é tão simples assim dizer vamos marcar uma reunião. Isso tem toda uma estrutura por trás.

**02:04:56 – Leonardo Cisneiros** – Secretário, é só uma coisa. Tem que, assim... Uma questão de... Regimental, eu acredito. Tem que ser com o Conselho inteiro porque para formar o GT, *né?* Tem que ter o... O plenário que tem o poder de formar o GT. E para convocar a audiência, o plenário tem o poder de convocar a audiência. Então, se isso tudo for feito na próxima reunião. Tem que *tá* o plenário reunido. Não pode ser agora *né?* Ou seja, já fazer com a câmara técnica porque ela não vai ter poder de convocar a audiência, formar o GT nem nada. Tem que ser com o plenário inteiro.

**02:05:20 – Antônio Alexandre** – Não Leonardo. A proposta é a seguinte... A gente aqui aprovaria o seguinte... Aprovaria assim... Olha! Marcar uma reunião da câmara técnica antes da realização da audiência pública e aí... Pode ser ampliada. Que a câmara técnica é uma instância aqui do Conselho, mas ela está aberta. O que vai ter que fazer é nessa convocação pedir para que antecipadamente, a gente vai dar um prazo, *pra* quem quiser participar e tudo, se manifestar para a gente dimensionar o local, *tá* certo? Essa seria uma proposta. A segunda proposta é realizar a audiência pública em seguida e depois marcaria outra reunião do Conselho após a sistematização desse processo de câmara técnica e audiência pública. Essa é a proposta que a mesa encaminha. Veja! Não... Tudo bem... Só... Por favor, Bismark! Só *pra* mudar. Veja! A mesa está apresentando... Veja! Nós tivemos diversas manifestações, apresentando diversas preocupações e encaminhamentos, *tá* certo? Nós tivemos uma proposta aqui que foi apresentada pelo conselheiro Leonardo, estruturada de uma proposta, que é o seguinte: encaminhamento de estudos e documentos para os conselheiros, marcar reunião para apresentação com os técnicos, formação de GT, que é o que ele indica, marcar audiência e a pauta, certo? Aí depois teria o relatório sobre a audiência, é..., e demais materiais e, evidentemente, a reunião do Conselho seria *pra*... Sim. É... Essa proposta foi encaminhada por Leonardo. A proposta que a mesa apresenta, agora, para que a gente possa ver se têm uma, duas, três, quatro, cinco, seis propostas. A proposta é... A proposta que a mesa apresenta ela é muito simples. É o seguinte: a gente aprovar aqui uma reunião da câmara temática específica do Conselho, fazendo a ressalva de que ela vai ser aberta para que a gente possa, *né?* Contemplar outros interessados em assistir. Só que a gente vai ter que estabelecer um prazo para dimensionar o espaço. Isso seria uma

observação para a apresentação técnica. Isso seria o primeiro passo. O que a mesa sugere que é o segundo passo seja a convocação da audiência pública. Não... Essa primeira. É a da câmara técnica. É a primeira. *Hã?* Não... Não tem prazo para a câmara técnica. Tem prazo para a audiência. É. Não... Do Conselho não. Seria da câmara.

**02:08:05 – Maurício** – Quantos dias nós temos...?

**02:08:08 – Antônio Alexandre** – São dez dias.

**02:08:09 – Maurício** – Dez dias? Então, a proposta que eu faço é a seguinte: que daqui a 10 dias, ou seja, antes do carnaval ainda, no dia 09 de fevereiro, se meu cálculo está correto. 10 de fevereiro. Hoje é dia 30. São 10 dias corridos *né?* 10 dias corridos. Então, eu proponho que dia 09 de fevereiro, que é uma segunda feira, 10 dias a partir de hoje, seja convocada aqui uma reunião do Conselho para que os técnicos que definiram esses parâmetros urbanísticos demonstrem aqui os critérios que foram utilizados. Eu acho que isso é base para a gente poder discutir qualquer coisa. E, a partir daí, convoque-se câmara temática, grupo de trabalho e audiência pública, o que for, mas sem a definição desses critérios fica difícil.

**02:08:49 – Antônio Alexandre** – É, conselheiro Maurício, a diferença é só o seguinte: ao invés de convocar antes uma reunião com todo o Conselho, a proposta que a gente está tentando estruturar é dizer o seguinte: a gente chama uma reunião da câmara técnica. Só que essa reunião, a gente já está acertando aqui, ela vai ser aberta para quem se interessar em fazer. Porque como é um *discursão* técnica... Existe... Já foi... Não... Mas aí a gente instala no dia e diz está instalada é isso. A gente diz está instalado, ela se instala. Veja! Olha! Pessoal! Pessoal! Veja! Isso é só... Veja! A preocupação... Pessoal! A preocupação é uma só. É a gente ter um momento a partir dessa reunião aqui onde haja uma apresentação técnica, *tá certo?* Para o grupo. *Pra* poder se aprofundar tecnicamente o que serviu de base para isso aqui, *tá certo?* De forma mais detalhada. Essa é a preocupação. Como é que a gente pode atender essa preocupação? Existem diversas formas aqui que foram apresentadas. A que a mesa apresenta, como sugestão e esforço de unificar as propostas, é de que a gente

chame, por ser até mais fácil, mais simples, não tem essa amarração de prazo e tudo, a gente tem até mais flexibilidade até de ver horário, dia e local, chame uma reunião da câmara temática que foi estabelecida aqui, tá certo? Aberta a outras pessoas que vão se manifestar, a gente vai dar o prazo. Não... Convocados. Sim... A gente distribui para o grupo. Diz vai ser tal data e tal. Pedimos que em dois dias indique o interesse de participar para que a gente possa dimensionar o espaço. Que isso é importante. A gente pode dimensionar um espaço para trinta pessoas e aparecerem cinquenta e a gente não ter como acomodar. Ou o contrário, gastar muito com o espaço muito grande e vim muito menos gente. Não. Aí seria uma reunião do Conselho. A gente pode estabelecer até um prazo de que seja um espaço que caiba até uma quantidade dos conselheiros. Faz uma câmara temática com o espaço dos conselheiros... É uma possibilidade. É... E abre para todos os conselheiros. Pronto! É uma boa proposta, mas não fica com a amarração do Conselho porque tem prazo, tem tudo e não sei o que. É faz pela câmara. Veja! Essa é uma proposta. Proposta um, seria essa para colocar em votação. Pessoal, só um esforço... É porque eu estou querendo sistematizar. Veja gente! A gente pode ir... A gente pode ir por partes, vota isso. Aí depois a gente vota a aprovação da audiência pública. Depois a gente vota outra questão qualquer que seja apresentada aqui e vai matando ponto a ponto. Pois não.

**02:11:45 – Gilzolene** – É... Para melhor apreciação das propostas... Eu... É... Gilzolene da Federação Ibura/Jordão. Para melhor apreciação das propostas, eu proponho que sejam colocadas uma a uma ali... Para que seja... Maior entendimento, para que seja votada e depois ninguém dizer que votou errado porque não teve entendimento como tá acontecendo até hoje em todos os projetos apresentados.

**02:12:08 – Antônio Alexandre** – Tá correto Gilzolene. Eu só tô tentando, assim, formular quais são as propostas que vai botar aqui. João Vitor tá aqui agora digitando para que a gente possa projetar, mas ainda tem que saber... A gente não chegou ainda. A gente tem que saber qual é a proposta que a gente vai escrever aqui. É por isso que eu estou tentando apressar a primeira proposta, que seria um esforço da mesa, porque a partir dela a gente ver. Tem outra? Aí bota. Aí vê se tem mais de uma, se tem duas, se tem três... Para a gente colocar em votação. Esse é que é o esforço. Se não tiver, a gente bota em votação e vê se é consenso ou não e tal.

**02:12:33 – Leonardo Cisneiros –** Só uma observação...

**02:12:34 – Antônio Alexandre –** A primeira proposta...

**02:12:36 – Leonardo Cisneiros –** Só uma observação. Rapidinho. É... A sugestão de que da proposta já foi considerando... Que eu apresentei... Várias discussões aqui. E uma preocupação que eu tinha entendido é que a audiência fosse chamada a partir da discursão técnica, ou seja, que a discursão técnica desse a orientação da pauta da audiência, certo? Então, assim, eu entendo, particularmente... A gente pode discutir aqui, que ela tem que ser chamada a partir dessa reunião onde vai ter a discursão técnica porque ela quem vai definir a pauta, certo?

**02:13:01 – Antônio Alexandre –** Mas isso só seria possível se fosse uma outra reunião do Conselho.

**02:13:03 – Leonardo Cisneiros –** Exatamente. Por isso eu estou falando.

**02:13:05 – Antônio Alexandre –** Então, nós temos uma divergência.

**02:13:06 – Leonardo Cisneiros –** Agora, a gente vai fazer o seguinte...

**02:13:07 – Antônio Alexandre –** Então, nós temos uma divergência...

**02:13:08 – Leonardo Cisneiros –** Uma solução intermediária. Tem esse problema. Para a proposta... Que estava bem consensual aqui. Eu tinha entendido isso, inclusive, por pessoas da própria Prefeitura. De que a audiência tem que ter uma pauta definida a partir da discussão técnica, certo? Teria de ser convocada...

**02:13:20 – Antônio Alexandre –** A pauta definida não. A pauta seria a análise do projeto.

**02:13:23 – Leonardo Cisneiros –** O que vai ser enviado? O que vai ser enviado? Não pode ser esse texto somente. Tem que ser enviado o que vai ser apresentado na audiência? O que vai ser enviado para...? O que vai ser publicizado? Não pode ser só esse texto. Se a audiência for só esse texto, desfaz toda a discursão que a gente teve aqui. A discursão é que esse texto não serve como base para discursão pública sobre planejamento urbano porque é um texto que já é o resultado de uma discursão. Então, é... Tem que pensar como seria encaminhada a audiência. Não foi essa a ideia? Eu entendi isso.

**02:13:49 – Antônio Alexandre –** Não. Não. Tem uma divergência de encaminhamento. Então vamos deixar claro. Tem uma divergência de encaminhamento. Tem...

**02:13:53 – Leonardo Cisneiros –** São duas opções. Ou ela vai ser, a apresentação vai ser para o Conselho todo e o Conselho todo discute como vai ser a audiência e faz a convocação, então, essa seria a reunião do Conselho todo. Outra intermediária, que eu não sei se funciona muito, seria deixa definido hoje já que vai ter audiência e a câmara define a pauta de que é formada tal audiência. Agora, em todo caso, a gente tinha chegado a um certo consenso aqui de que haveria, vamos dizer assim, a pauta da audiência. O formato da audiência seria definido na discursão técnica. Foi esse o consenso que estava se formando.

**02:14:21 – Antônio Alexandre –** Olha! É questão de ordem. Pois não. Pois não, Bismark.

**02:14:27 – Bismark Saraiva –** Pelo amor de Deus! Nós fizemos uma proposição e gostaríamos que fosse colocada em votação.

**02:14:33 – Antônio Alexandre –** Eu sei, Bismark. Sua proposição...

**02:14:34 – Bismark Saraiva –** Veja bem! A proposição que o senhor está apresentando é diferente...

**02:14:38 – Antônio Alexandre –** É sobre as comissões, é da câmara técnica...

**02:14:39 – Bismark Saraiva –** Uma questão de ordem... Com licença, Secretário. Veja bem! O entendimento que a maioria teve aqui é que se fizesse, seguisse o regimento, levasse esse tema para ou a câmara temática ou grupo de trabalho. O senhor teria que botar em votação se seria câmara temática ou grupo de trabalho. O senhor teria que encaminhar isso. Se seria câmara temática ou grupo de trabalho. Se essa câmara temática, depois que aprovado, é aberta? É fechada? Quem vai decidir é essa plenária aqui, Secretário.

**02:15:11 – Antônio Alexandre –** Bismark, eu estou fazendo isso.

**02:15:13 – Bismark Saraiva –** Tudo bem. Então vamos tentar encaminhar...

**02:15:15 – Antônio Alexandre –** Eu estou tentando fazer exatamente isso.

**02:15:16 – Bismark Saraiva –** Porque daqui a pouco vai se colocar em votação outra questão.

**02:15:17 – Antônio Alexandre –** Não Bismark. Eu estou tentando fazer exatamente isso. Você acabou repetindo tudo o que eu falei. Você repetiu exatamente o que eu falei. Agora surgiu uma divergência. Nós temos que ouvir e temos que avaliar a divergência. Se isso pode ser costurado como consenso, *né?* Ou se isso vai virar *uma*

outra proposta para que a gente possa botar em votação. Né assim que se encaminha? Eu acho que é assim. Bom! Veja mesmo. A primeira questão é o seguinte: convocar uma reunião para a apresentação técnica, tá certo? Uma apresentação mais detalhada. Existe a proposta de grupo de trabalho. A mesa está apresentando como proposta alternativa para consenso que seja da câmara temática que já está, inclusive, discutida dentro do Conselho aberta para qualquer outro conselheiro, né? A gente, inclusive, dimensiona o espaço na dimensão do Conselho, mas seria uma reunião da câmara temática. Se a proposta de que a mesa está apresentando e tudo. É isso. Quando foi apresentado isso, o conselheiro Leonardo apresentou que, pelo menos pelo que eu entendi, que deveria ser uma reunião do Conselho porque a reunião do Conselho teria que estabelecer que tipo de estudo de material e tudo iria ser apresentado para que fosse realizada a audiência pública. A mesa discorda desse encaminhamento por uma razão. Porque a mesa entende que a matéria-objeto da audiência pública será uma minuta, uma proposta de plano específico. Gente! Isso é a base. Você pode enriquecer isso e mostrar outros estudos. Não é um estudo urbanístico. Não é um estudo urbanístico. Bom! Esse é o entendimento da mesa. Esse é o entendimento da mesa. O que vai ser discutido é um plano urbanístico, é um plano específico. Pois não. Gente, mas esse é o entendimento da mesa.

**02:17:08 – João José –** É... João. Antônio...

**02:17:09 – Antônio Alexandre –** Apresenta outra proposta que a gente bota em votação.

**02:17:10 – João José –** Antônio, por gentileza. Já que existe toda essa divergência, tem aí o regimento? Coloca o regimento para a gente chegar no ponto específico porque se a gente não ler o regimento aí vai ficar as várias interpretações aqui.

**02:17:23 – Antônio Alexandre –** Não, mas isso tudo isso está dentro do regimento João.



**02:17:25 – João José–** Tá não. Pela sua apresentação aí não tá seguindo de acordo com o regimento não. Não Antônio. Não tá. Coloca o regimento aí para gente ler, ver o ponto específico.

**02:17:33 – Antônio Alexandre –** Está...

**02:17:34 – João José –** Sim, porque senão a gente vai ficar nessa de eu acho isso, eu acho aquilo. Se não a gente não encaminha.

**02:17:38 – Antônio Alexandre –** Não é... Eu acho João... Veja! João! Olha! É... Veja! Todas essas questões tão sendo postas aqui em consideração elas estão dentro do regimento. O regimento diz que a plenária é que decide esse tipo de encaminhamento. A divergência aqui é outra. É saber qual é o fórum, né? E qual é o rito que vai acontecer *pra* realização da audiência pública e tudo. Isso aqui quem decide é o plenário. É isso que o regimento diz. Nós temos é que fechar as propostas aqui. Então, vamos colocar o seguinte: proposta um. Vamos fazer o seguinte... Proposta um... Vamos formatar uma proposta aí. Muda aí, por favor.

**02:18:21 – Lucas –** Secretário, licença. Licença. Na ausência de Leo, que foi ali. Eu queria colocar que, na verdade, não há divergência. O que foi dito aqui por todos os conselheiros que pediram a palavra antes, a exceção de algumas pessoas aqui, foi que essa minuta de projeto de lei não satisfaz o planejamento urbano. Existe uma necessidade de se ver quais foram os estudos que embasaram essa proposta. Quais foram os argumentos usados pelos técnicos, inclusive houve um técnico aqui que colocou que em quanto profissional da área... Dois técnicos que colocaram que concordam plenamente com as observações dos conselheiros. Então, antes de a gente chegar à minuta é preciso se discutir qual é o plano *pra* aquela área, qual foi o diagnóstico que foi feito, todas as observações colocadas aqui, inclusive, pelo pessoal da academia. Por Amélia, por Fátima. Então, isso depois de ser passado e consolidado dentro do Conselho aí a gente vai levar *pra* audiência numa linguagem clara em que a população entenda do plano. Não de minuta de projeto. A minuta de projeto vai consolidar o que for discutido e acordado a partir da audiência e das discussões.

**02:19:26 – Antônio Alexandre** – Então, essa proposta é de outra reunião do Conselho.

**02:19:28 – Lucas** – Não. É dessa reunião.

**02:19:29 – Antônio Alexandre** – Não. É de outra reunião do Conselho porque o Conselho... A plenária é quem pode fazer esse tipo de deliberação. A proposta é de outra reunião do Conselho. Não é reunião de câmara técnica.

**02:19:36 – Lucas** – Eu estou só consolidando que, como ele falou que houve divergência... Eu só estou colocando que o que foi colocado aqui não foi isso.

**02:19:39 – Antônio Alexandre** – Você está propondo então uma reunião do Conselho para discutir, é..., qual o formato da audiência, qual o conteúdo, etecetera, etecetera, etecetera. É essa a proposta. Tudo bem gente. É essa a proposta. Tá claro. Eu acho que tá claro. Bom! Então, vamos fazer o seguinte: nós temos até agora... Vamos ver... Três propostas... Porque tem uma outra proposta aqui que foi apresentada por Gustavo, tá certo? Que até o momento ele não retirou. É o seguinte... E nem vai retirar. Ele disse aqui agora. Veja mesmo. Veja! Vamos ver se a gente fecha para a gente saber o que é que vai votar gente. O quê que a gente vai votar. Proposta um: a gente aprovar aqui uma reunião *pra* apresentação técnica da câmara de planejamento e tal aberta para os demais conselheiros, certo? E convocação... Aprovação aqui da convocação da audiência pública, tá certo? Seriam esses dois encaminhamentos aqui. Proposta número dois: reunião do Conselho para formatar audiência pública e o conteúdo. Não é isso Lucas e Leonardo? Não só *pra* formatar a audiência pública e o conteúdo que vai ser apresentado na audiência

**02:21:05 – Leonardo Cisneiros** – E formar o GT.

**02:21:07 – Antônio Alexandre** – Formatar o GT é na reunião do Conselho.

**02:21:08 – Leonardo Cisneiros** – A reunião seria para três. Seriam três pautas nessa reunião. Na proposta que eu entreguei por escrito. A proposta seria assim...

**02:21:15 – Antônio Alexandre** – Com a seguinte pauta...

**02:21:16 – Leonardo Cisneiros** – A apresentação técnica que todo mundo falou, a formação do GT e a convocação da audiência com a definição do seu conteúdo.

**02:21:37 – Antônio Alexandre** – É que a gente discute... É que na câmara técnica a gente tem condição de discutir isso. A sistematização... É... É... É... Pode ser a sistematização da câmara técnica. Então, tudo bem. Bota ali antes da... Depois da convocação de audiência pública teria a sistematização pela câmara técnica das contribuições. Não. Depois da convocação. O terceiro passo seria a sistematização pela câmara técnica. Essa proposta pela câmara técnica. Pela câmara técnica. A proposta dois: reunião do Conselho para formatar audiência, o seu conteúdo com a seguinte pauta... Ah tá! Sim. Aí reunião do Conselho... Aí você bota uma pauta. Tudo bem. Tudo bem. A pauta. Aonde tem apresentação técnica, formação de GT, formação de GT, formatar audiência pública e a sistematização no caso aí pelo GT. É... Pois não Márcio... Mas as outras pessoas também são conselheiros... Pode até dizer para os demais conselheiros. Coloca ali para os demais conselheiros... Os demais... Os demais... É... Bom! Gente, tá ficando claro? Só... Não, mas veja gente. *Peraí! Peraí!* Olha! Por favor! A redoma é na esfera do Conselho. Senão vai virar uma audiência pública. Senão vai virar uma audiência pública. A reunião tá dentro do Conselho. Esse trabalho tá dentro do conselho ainda, por favor. Olha! Companheiro, se com quarenta e cinco conselheiros a gente tem essa dificuldade de fechar um negócio, se abri *pra* uma audiência agora vai ser complicado. É... É... Bom! Bom! Proposta três. Bote proposta três. Proposta três. Proposta três: continuidade da reunião da plenária do Conselho em regime de assembleia permanente... Até a conclusão... Até a... Até a deliberação final. Bom! Inclusive, tem uma proposta aqui que haveria, naturalmente, a dificuldade de espaço que nós só nos organizamos para isso aqui, mas o presidente do Sinduscon oferece as instalações do Sinduscon como

opção de local para esse regime. Bom! Veja! Gente, por favor. Eu estou fazendo... Nós estamos fazendo um esforço de tentar organizar *pra* ver se a gente consegue colocar em votação. Bom! Evidentemente, que essas três propostas que estão apresentadas aqui... É... Evidentemente que essas três propostas, eu acho que está claro para todo mundo, tem ritos e ritmos diferentes, *tá* certo? Ritos e ritmos diferentes. Eu acho que está clara, *né*? As preocupações que tão aqui porque já foram colocadas nas diversas falas. Pelo menos a mesa entende que não precisa haver, no momento, defesa dessas propostas. Isso foi uma sistematização de tudo que gente discutiu até agora, *tá* certo? A proposta um indica uma reunião. Nós aprovamos aqui uma reunião para apresentação técnica na câmara de planejamento ampliada para a participação de todo os conselheiros, de todo o Conselho. Aprova aqui convocação de audiência pública em seguida e a sistematização da proposta, *né*? Ouvida todas essas contribuições, pela câmara técnica, *tá* certo? Essa é a proposição. Não. É porque sistematiza, inclusive, ao que saiu na audiência pública, entendeu? Sim. Antes e depois. E depois. A câmara técnica sistematiza todas as contribuições para poder trazer. A proposta dois tem um rito mais detalhado e mais longo que implica em aprovar uma nova reunião do Conselho indicando a pauta, qual seria a pauta, *né*? Porque a nova reunião do Conselho não precisaria ter aprovação, mas a pauta. Apresentação técnica, formação de um grupo de trabalho tem que ser discutido no plenário a sua formação, a sua composição. Esse grupo de trabalho iria formatar a audiência pública e o conteúdo, ou seja, ia realizar os estudos e fazer todo o trabalho necessário *pra* a geração desse conteúdo e também um grupo de trabalho estaria responsável pela sistematização da proposta pelo GT. Nessa proposta, eu pergunto para quem fez a proposta, não contempla também aprovar aqui convocação da audiência pública? Ainda não, *né*? Seria no próximo Conselho? Porque a plenária pode depois convocar, *tá* certo? Entendi. Como é uma outra plenária pode convocar depois, certo? E a proposta três apresentada é a continuidade do trabalho. A partir de agora, discutindo a minuta e tudo até chegar à deliberação final. A continuidade do Conselho de forma permanente, *tá* certo? A gente estender essa reunião até a deliberação final. Então, eu pergunto as conselheiras e conselheiros. Todo mundo esclarecido em relação às propostas, *tá* certo? Vamos colocar em regime de votação. Não, mas a sistematização pressupõe da própria audiência. E essa sistematização é só *pra* dizer que a câmara técnica vai sistematizar as propostas. É isso.

**02:29:00 – Leonardo Cisneiros – Secretário, Desculpa. É... Obviamente se tem a convocação da audiência também na próxima reunião, *né*?**

**02:29:05 – Antônio Alexandre** – Sim. Certo! Não seria deliberado agora. Seria deliberado à luz do debate.

**02:29:10 – Leonardo Cisneiros** – Formatação e convocação da audiência pública e tal. Só *pra* todo mundo ficar tranquilo.

**02:29:05 – Antônio Alexandre** – Sim, mas *tá* faltando formatar a audiência pública. Agora a deliberação... Sim, mas a gente não convoca aqui porque vai convocar à luz desse debate. Foi isso que se falou.

**02:29:27 – Leonardo Cisneiros** – Pauta da outra reunião: formatação e convocação de audiência, ou seja, só isso.

**02:29:31 – Antônio Alexandre** – Ah *tá*! Formatar e convocar.

**02:29:33 – Ângela Carneiro** – É... Com licença. Eu vou dar aqui a palavra para Amélia.

**02:29:36 – Amélia Reinaldo** – Veja! Em nome do CAU, eu queria complementar o seguinte... É... Na proposta um, a partir da reunião, a apresentação técnica na câmara de planejamento, etecetera, ela é insuficiente para criar um material para se levar à audiência pública porque *corre-se* o risco com isso levar à audiência pública essa minuta que, é... A gente já constatou aqui que é insuficiente para uma discussão.

**02:30:01 – Antônio Alexandre** – Tudo bem, Amélia. *Aí* você está aderindo à proposta dois. Não é isso que... Para gerar esse conteúdo.

**02:33:03 – Amélia Reinaldo** – Sim, mas o que eu estou querendo dizer... É muito importante se pensar que conteúdo nós vamos levar para a audiência pública.

**02:30:10 – Antônio Alexandre** – Certo, mas isso já foi discutido. *Aí* eu estou falando... Tem uma proposta um que coloca a apresentação técnica na câmara, convocação de audiência pública e sistematização das propostas pela câmara técnica. Proposta dois, uma reunião do Conselho onde vai haver uma apresentação técnica, formação de um grupo de trabalho, convocação e formatação da audiência pública e geração de seu conteúdo e a sistematização das propostas pelo grupo de trabalho.

**02:30:34 – Amélia Reinaldo** – Então, na proposta dois, a formação do grupo de trabalho é insuficiente... O grupo de trabalho tem que ter sua pauta, seu calendário e sua produção porque estamos entendendo que um produto do grupo de trabalho é que será levado para a audiência pública que vai colher mais subsídios e vai rever e voltar e fechar o trabalho.

**02:30:55 – Antônio Alexandre** – Eu entendo que a proposta é essa mesmo. A proposta dois é essa.

**02:30:58 – Amélia Reinaldo** – É... Então, a formação do grupo do trabalho está *incluído* o trabalho que vai ser produzido, o conteúdo, que vai ser levado.

**02:31:02 – Antônio Alexandre** – Foi isso que eu entendi.

**02:31:03 – Amélia Reinaldo** – Ok?

**02:31:13 – Antônio Alexandre** – A proposta dois é essa. Não, não. Tem outras diferenças também. A um deixa claro... A um deixa claro que nós vamos fazer uma apresentação técnica *pra* esclarecimento do Conselho, vamos convocar audiência

pública, vamos levar como material básico. O objeto da audiência pública é a discussão do plano específico que ele pode ser enriquecido por outras apresentações, por outro material e tudo da audiência pública para esclarecer, mas não vai ter essa geração de conteúdo. A segunda, o Conselho vai se reunir, vai criar o grupo de trabalho, vai fazer estudos, vai pegar o material, vai fazer estudos, vai produzir material, vai gerar conteúdo *pra* poder convocar depois uma assembleia e poder depois fazer todo o rito. São duas propostas diferentes. São duas propostas diferentes. E a terceira diverge das duas. Diz que é para a gente continuar aqui até a gente chegar a uma deliberação final. São três propostas.

**02:32:01 – Conselheira não identificada** – Antônio Alexandre! Só para tirar uma dúvida. Só para esclarecer.

**02:32:06 – Antônio Alexandre** – Olha! Eu acho que as propostas elas estão muito claras. A gente precisa botar em votação. Acho que elas estão claras as propostas, *tá* certo? Esse é o entendimento.

**02:32:15 – Conselheira não identificada** – Então, após os esclarecimentos... Na proposta um, após os esclarecimentos, é... É só esclarecimento mesmo. E o texto que vai ser levado para a audiência pública para apresentação é o texto dessa minuta? Não vai ter nenhum tipo de alteração? Só vai ter um esclarecimento... É só para eu entender. Só uma dúvida. Para eu entender a diferença mesmo.

**02:32:29 – Antônio Alexandre** – Veja! O que vai ser levado... O que vai ser levado para a discussão é o que está sendo objeto da discussão aqui. Ele se expressa num projeto de lei. Como outras audiências públicas que você tem na área ambiental, na área não sei o que... Ele se expressa no instrumento, mas ele pode ser muito bem apresentado e será apresentado de outra forma com mapa, com leituras, com não sei o que e tudo. Isso deve ser feito até *pra* poder ter uma comunicação mais adequada. Não ficar nessa rigidez, mas a matéria, o objeto da audiência. É isso que está sendo discutido, *tá* certo? Que isso fique claro. A proposta é essa. A proposta um. Sim. A proposta um é essa. A dois é diferente. Um é essa. Eu *tô* esclarecendo.

**02:33:12 – Márcio Erlich** – Márcio, IAB. É... Eu estou com uma dúvida, *né?* Pode ser a dúvida de outras pessoas também.

**02:33:18 – Antônio Alexandre** – Gente, eu vou pedir só *pra* questões de esclarecimento alguma coisa... Se não a gente não vai votar nunca isso.

**02:33:24 – Márcio Erlich** – A proposta um propõe que a audiência pública já seja convocada nesse momento, é isso?

**02:33:30 – Antônio Alexandre** – Sim, sim.

**02:33:31 – Márcio Erlich** – É... Eu realmente acho que corre o risco de não haver tempo suficiente de discutir e apresentar.

**02:33:34 – Antônio Alexandre** – Mas já foi dito isso, Márcio. A gente vai reabrir a discussão. *Tá* clara a proposta. *Tá* claro esse entendimento. Olha gente! *Tá* claro? O que a mesa *tá* entendendo... Veja bem! Ninguém está escondendo nada. O que a mesa está entendendo é que a proposta um entende o seguinte: a gente vai convocar a audiência pública porque o objeto da matéria, o objeto da audiência pública, como outras audiências públicas que acontecem, certo? É uma lei ou é um projeto ou é não sei o que e tal. Ele pode ser apresentado com outros elementos de outra forma, com mapa, com outros elementos e tudo, mas o objeto é a minuta de projeto de lei, *tá* certo? O objeto é esse. Nós tínhamos antes uma câmara técnica diante das explicações técnicas e tudo. Nós podemos esclarecer o Conselho e, inclusive, gerar elementos para melhorar o debate da audiência pública, mas a proposta um é clara. É câmara técnica para esclarecimento técnico, audiência pública e sistematização de todo esse processo de discussão. A proposta de número dois é uma proposta de natureza, é diferente. Ela diz assim. Olha! Nós vamos chamar *uma* outra reunião do Conselho. Essa reunião do Conselho vai ter essa apresentação técnica, vai reunir os elementos que fundamentaram isso, vai criar um grupo de trabalho. Esse grupo de



trabalho vai, é..., fazer um estudo e a elaboração de um conteúdo. E esse novo conteúdo, plano, estudo, o que quer que venha a ser, esse novo conteúdo vai ser... O que vai ser a base para uma convocação de uma nova audiência pública. E essa nova audiência pública seria convocada numa outra reunião do Conselho e aí geraria uma nova sistematização para o grupo de trabalho, etecetera, etecetera. São ritos e ritmos diferentes. Ritos e ritmos diferentes. A proposta três também tem um rito e um ritmo diferente numa linha diferente. Diz que a gente vai continuar trabalhando aqui até chegar a uma deliberação final sobre proposta do projeto de lei que foi apresentada. Tá certo? É esclarecimento mesmo? Não é Leonardo? Porque eu acho que está clara a proposta. Diga.

**02:35:37 – Sandro –** É... As propostas estão bastante interessantes. Agora só temos que se tomar um pequeno cuidado, certo? É... Antes de saber o que vai ser apresentado naquela apresentação técnica, tá desqualificando essa apresentação técnica e colocando todo o poder na formação do grupo de trabalho, certo? Todo mundo ficou insatisfeito com a minuta e exigiu uma apresentação técnica. Então, sem conhecer as razões que deram origem a essa minuta, não vamos desqualificar essa apresentação técnica e ignorar a minuta porque todo mundo tá insatisfeito, porque não sabe como ela foi gerada. Se for, nessa apresentação, esclarecido todos os critérios que deu origem a essa minuta, temos que ter cuidado para não colocar poder excessivo nesse grupo de trabalho e o negócio se prolongar de maneira...

**02:36:28 – Antônio Alexandre –** Sandro, Sandro! Por favor. Veja! Eu peço... Eu faço um apelo. Isso aí reabre a discussão. Gente! Eu acho que tá claro. Tá claro. Veja! A mesa solicita... A mesa solicita... A mesa solicita. Sim, mas se eu cortar a palavra de alguém aí vai dizer que eu estou sendo autoritário. É assim ou não é? Então, eu tô tentando fazer isso pelo convencimento, pelo consenso, porque se na hora que chegar você não vai falar mais. O primeiro cara a se levantar vai dizer autoritário, não sei o que e tal. Por isso que eu não vou fazer isso, companheiro, tá certo? Olha! Então, eu faço um apelo... Eu faço um apelo. Eu faço um apelo para que só se tenha agora intervenção que possa, é..., esclarecer ou permitir o encaminhamento da proposta ou diga que tem outra proposta ou qualquer coisa desse tipo. Vamos colocar em votação isso.

**02:37:18 – Leonardo Cisneiros – Secretário...**

**02:37:19 – Antônio Alexandre – Conselheiro Leonardo.**

**02:37:21 – Leonardo Cisneiros – Secretário,** o seu preâmbulo vai demorar mais do que a minha proposta. Se está tão preocupado com a velocidade, deixa as pessoas falarem. É só o esclarecimento do seguinte... É... A... Do jeito que você apresentou a segunda proposta, só para esclarecer e... *Né?* Pareceu que tem dilação excessiva. A próxima reunião pode convocar a audiência, certo? E como é que se diz? Deixar na mão do GT... Vamos dizer assim, a forma da apresentação, ou seja, o conteúdo, marca a data, todo o mínimo necessário para a convocação *pra* sair no Diário Oficial, pode ser definido na reunião, certo? E o conteúdo já ser, *né?* Nesses quinze dias que tem entre a convocação e a realização definidos pelo GT, ou seja, contempla a questão de o GT levar as informações para a audiência sem dilação excessiva de prazo e sem uma terceira reunião. Ninguém *tá* falando de terceira reunião. Do jeito que o senhor falou deu *pra* entender isso. E só *pra*, talvez, melhorar a proposta, eu pediria que, nos itens que tem GT, botaria GT barra câmara técnica e decide na reunião qual é o melhor formato, certo?

**02:38:20 – Antônio Alexandre –** Formação do GT barra... Certo. Feitos os esclarecimentos em relação à proposta dois. Vamos colocar em votação. *Tá* certo? Tem três propostas. Então, por favor. Apenas conselheiras e conselheiros, para nós registrarmos... Aliás, a gente vai ter que fazer a chamada aqui pela quantidade de gente. É. É. Nós vamos fazer a chamada das conselheiras e conselheiros. É... *Tá* claro? Proposta um, proposta dois e proposta três, *tá* certo? Vou precisar ler de novo. Vamos lá gente! Bom! Em votação. Vamos começar a relação. Qual é a relação que a gente vai usar como base? Mas você não *tá* registrando o voto? Eu leio aqui. Ah! Porque você já vai registrando o voto... *Tá, tá.* É porque a gente já tem uma planilhazinha para registrar o voto aí aparece ali, certo? Vamos ver. Primeiro, Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, eu sou o conselheiro, voto na proposta um. Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, proposta um. Secretaria de Habitação, proposta um. Secretaria de Finanças, proposta um. Secretaria de Infraestrutura, proposta um. Secretaria de Assuntos Jurídicos, está ausente. Ah! É Meio Ambiente, é..., porque foi mudado. Isso aí *tá* errado. É... Secretaria de Meio

Ambiente, está ausente? Um, proposta um. Secretaria de Saneamento, proposta um. Aí quando aparecer as proposta dois eu vou dizer que é cabresto também viu gente. Porque é tudo *iniadozinho*. É tem isso... Instituto Pelópidas Silveira, proposta um. URB, proposta um. EMLURB, proposta um. Fórum do PREZEIS, companheiro Bismark, proposta um. Câmara Municipal, proposta um, sem cabresto. Secretaria das Cidades - Estadual, proposta um. Agência **Condepe/Fidem**, proposta um. Consórcio Grande Recife, proposta um. Caixa Econômica Federal, está ausente. A Superintendência do Patrimônio da União, proposta um. A Fundaj, proposta dois. Associação UR10... A **Femocohab**... Não é suplente. Desculpe! É porque *tava* errado. Como *tava* errado muda lá em cima também. É... **Femocohab**, proposta um. Proposta um. É... MST Imbiribeira... É o que... Quem é... Quem é o Conselho? Vai pelo nome do conselheiro então. Cadê? Não. Marcos Cosmo. Ele *tava* aqui. Ele tomou posse hoje. Não. O conselheiro... O conselheiro... *Peraí* gente... Essa planilha *tá*... Essa planilha *tá* errada. É... Olha o titular... O titular dessa cadeira... O titular é Marcos Cosmo. Ele estava aqui. Ele não está mais? É... Só repetindo para depois não dizer... O reverendo Marcos Cosmo estava aqui que eu o vi, *tá* certo? Ele está presente? Não. Então, está ausente. Rapaz, *tá* aqui como conselheiro. Aprovado lá. É porque aqui *tá* errado na planilha, Paulo André. *Tava* errado. *Tô* com a planilha aqui. *Tava* errado. Eu *tô* lendo a relação dos conselheiros aqui. Suplentes. *Tava* errado aqui. *Tá* ausente. EMENIU é Marta, não é? EMENIU, proposta um. Eu agora *tô* com medo. *Tô* olhando aqui quem é, quem é? Quero saber quem é o conselheiro? FIJ Ibura/Jordão, proposta dois. É... Grupo Direitos Urbanos, proposta dois. Leo. CLC, dois. O LMP, dois. Mata Uchôa, ausente. NLPC, dois. É João. É porque as siglas eu ainda não identifico. MLB, *tá* ausente. É Elizabete, *né?* *Tá* ausente. MLT, *tá* ausente. É Amaro. É... É... SENJE, ausente. É... SINTRA, *tá* ausente. Força Sindical, proposta dois. É... SINTRACE, dois. Severino. ADEMI, proposta um. ABIH, proposta um. Sinduscon, proposta três. CDL... *Hã?* O que? CDL... *Tá*. Obrigado! OAB, proposta dois. CAU, proposta dois. IAB, proposta dois. MTU, proposta dois. Cendhec, proposta dois. Diaconia... *Tá* ausente, *tá?* *Tá* ausente. É... Cidadania Feminina. Rejane, está ausente. HABITAT, *tá* ausente. HABITAT? Ausente. Ronaldo, *né?* Ronaldo não veio não? Achei que tinha visto Ronaldo aqui. Pensei que tinha visto Ronaldo. Bom gente! Vencedora a proposta de número um. Com vinte e um votos. Proposta dois com treze votos e proposta três, um voto. Então, o encaminhamento aprovado. Nós vamos convocar uma reunião da câmara temática e vamos fazer a convocação da audiência pública, *tá* certo? Encerrado esse ponto... É. Encerrado esse ponto... Encerrado esse ponto... Gente, o conselheiro Leonardo pediu um ponto extra pauta. Eu gostaria que ele apresentasse aqui *pro* plenário *pra* que a gente pudesse votar se vai acrescentar esse ponto à pauta

ou não. Por favor, Leo. É... Oh Bismark! Veja! O prazo não foi proposto porque a gente tem que ver local, data, essas coisas. Aí vai convocar com antecedência. Isso. É... A audiência, inclusive, tem prazo regimental, viu Bismark? A audiência tem prazo regimental. Ela tem que ter no mínimo quinze dias. É porque tem no regimento já o prazo. Não. A reunião da câmara temática pode ser marcada até próxima semana, se houver condições *pra* isso. A audiência pública é que ela tem que ter no mínimo quinze dias corridos para ser convocado, no mínimo. É... Isso. Tem que ver isso. Não. Ou quarta ou quinta... É... Sim. Todos serão convocados e tal. Olha! O conselheiro Leonardo... Gente, por favor! Por favor! O conselheiro Leonardo apresentou uma proposta de um ponto extra pauta. Ele vai defender essa proposta aqui agora para que a gente possa apreciar a proposição dele. Por favor.

**02:47:57 – Leonardo Cisneiros** – Certo. Eu espero que todos... Assim, eu acredito que todos tenham tomado conhecimento, ontem, do protesto do pessoal do comércio informal, do comércio ambulante, certo? Da Conde da Boa Vista por causa de certas medidas, *né?* Vamos dizer, draconianas, *né?* Da... De controle urbano que teve lá e que levou a um protesto que... Que começou na Conde da Boa Vista e culminou na ocupação da Câmara dos Vereadores. Tem, é..., crescido essa tensão na cidade, ou seja, têm existido várias medidas... Não é uma medida isolada. Tem que ler isso em contexto. Se teve a expulsão dos ambulantes do Marco Zero, inclusive pipoqueiro, algodão doce que qualquer praça tem. *Tá* proibido se instalar no Marco Zero. Todos foram colocados para longe. No Cais de Santa Rita também teve um processo pesado, *né?* De expulsão. É... Você tem várias medidas que tem mostrado que tem *um* certo plano nisso aí. E o que a gente nota... A gente fez uma nota no Direitos Urbanos hoje de manhã, publicou hoje de manhã. A gente nota que falta, é..., muita... Falta discussão, falta democracia, *né?* Falta conversa com os próprios ambulantes que querem conversar. Eu tive lá na... Eu quero passar a palavra porque eu não quero falar por eles. Eu quero levantar a proposta aqui, mas eu tive lá na Câmara ontem e assim... E o que todo mundo falava era: *“a gente quer fiscalização, a gente quer regulamentação”* porque é ruim até *pro* próprio trabalho, certo? Do jeito que *tá*. E é assim... O que parece é que *tá* deixando a coisa correr *pra* depois você ter uma... *Né?* Uma medida mais drástica em cima, certo? Então, tanto existe a proposta de... A vontade de regulamentar. Que existe a proposta de projeto de lei, iniciativa popular dos próprios ambulantes do SINTRACE e do CLC, que foi que quem colheu assinaturas lá no Estelita, durante a ocupação, por exemplo, foi quando eu tomei conhecimento. Então, existe a vontade de regulamentar. Eles demandam isso e isso

pode ser feito. Existe a experiência em várias cidades do Brasil. É... O companheiro Rude, que foi conselheiro aqui no Conselho pelo Cendhec, até postou um livro das experiências de regulamentação e de elaboração participativa de planos municipais para comércio ambulante. Existe essa experiência em São Paulo, Minas e vários lugares. Houve estudos aqui que ficaram engavetados que não foram aproveitados. Então, é preciso estudar a cadeia produtiva, todo o processo que... *Né? Tá* por trás disso. Discutir, conversar e a gente propõe, como ponto extra pauta... Quero que eles falem também, coloquem a posição. Que a gente incorpore na pauta do planejamento urbano da cidade. Isso que é um aspecto importante da vida da cidade também. O comércio ambulante, também, faz parte da vida cidade. Tem uma dinâmica, uma presença importante na dinâmica da cidade. A gente incorpore na pauta de planejamento. Como pauta, já adiantando, é..., eu sugeriria a criação de um GT para estudar a elaboração de um plano desse, possivelmente, a partir já da proposta deles, certo? E a gente trazer aqui no Conselho trabalhar em paralelo nisso. Discutindo, *né?* Com as entidades representativas. Seria esse o encaminhamento.

**02:50:50 – Severino** – Eu posso fazer a defesa da proposta de...

**02:50:52 – Antônio Alexandre** – Pode, pode. Você quer fazer mais uma defesa da proposta.

**02:50:57 – Severino** – Eu quero fazer a defesa da proposta ...

**02:50:59 – Antônio Alexandre** – Se identifique-se para efeito de gravação.

**02:51:00 – Severino** – *Tá. Me* apresentar aqui... Eu me chamo Severino, pessoal. Sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal do Recife. Gostaria, primeiramente, de agradecer ao conselheiro Leonardo que representa os Direitos Urbanos pela colocação da pauta e colocar aqui... E aproximar aqui e fazer a defesa da proposição dessa pauta nesse espaço aqui pelas conjunturas que vem se passando na cidade do Recife. Não só na cidade do Recife, mas nas outras cidades.

Eu acho que o comércio informal, dentro da realidade da nossa cidade, ele *tá* nos últimos tempos em pauta e vai passar em pauta bom tempo nessa cidade por conta da até postura da Prefeitura de pautar a resolução dessa realidade, de como é que vai se encaminhar. Então, nada mais democrático, nada mais próspero, do que trazer para esse Conselho um discussão desse... De um GT que possa fazer o debate não só de forma criminalizante, feito muitas vezes, é pautado por alguns setores da sociedade e até para alguns setores do poder público, mas fazer esse debate de forma concreta, de forma sólida. E aí pautar, o comércio informal é uma realidade do sistema capitalista do mercado de reserva que existe dentro de sistema e que ela vai está pautada em todos os momentos da nossa sociedade. Feito já foi pautado, anteriormente, e que voltou de novo a ressurgir. Várias cidades tratam o comércio informal... Eu queria pedir só a colaboração dos conselheiros. É... Houve essa pauta do comércio informal... Foi pautada em várias outras cidades do país. Existem vários avanços nesse processo, inclusive, avanços legislativos de debate no sentido de pautar os direitos, de pautar os deveres e também dos comerciantes informais e de regulamentar esse processo. Em Recife, infelizmente, não tem nada no processo legislativo. A fiscalização da Prefeitura do Recife age com normas internas próprias por não ter... Por ter uma carência de regulamentação. Não existe nenhum norte que diga o que é certo e o que é errado também *pra* o comerciante informal. E aí nesse processo propositivo nós construímos um projeto de lei... Uma proposta de um projeto de lei que tínhamos como intuito fazer de forma... Coletar assinatura *pra* encaminhar *pro* é... Por proposta de popular, mas aí a gente por *tá* assim nesse conceito, por achar espaço coletivo e de representação máxima da sociedade aqui. Seria interessante a gente *tá* pautando essa proposta. E a gente disponibiliza a colocar ela aqui. *Tá* construindo nesse grupo de trabalho. Acho que na plenária, por conta da demanda da cidade, das coisas, não daria *pra* gente pautar mais incisivamente, mas grupo de trabalho seria o espaço mais apropriado *pra* gente *tá* fazendo o processo de estudo mais amplo. E trazendo aqui *pra* plenária.

**02:53:58 – Antônio Alexandre** – Obrigado conselheiro! Pois não. É... Conselheiro Bismark quer fazer uma... A mesa tem uma proposta depois de encaminhamento... Pois não.

**02:54:05 – Bismark Saraiva** – O Fórum do PREZEIS é... Já enfrentou essa discussão lá no **Entra a Pulso**. Da questão do comércio informal. Então, gostaria de ter a

oportunidade de levantar essa questão, que é uma vergonha desde a gestão passada, o uso do poder econômico do Shopping Center Recife em conivência com a Secretaria de Controle Urbano já vem ao longo dos anos. Então, nós temos uma questão séria ali no **Entra a Pulso**. Com a criação do Shopping foi todo criado um comércio dentro do **Entra a Pulso** numa rua com artéria que dá acesso ao Shopping. O senhor conhece isso? Não conhece aquela região ali, Secretário? Então, de vez... Houve várias intervenções da Secretaria de Controle Urbano de tentar impedir o povo do **Entra a Pulso** de comercializar naquele entorno ali. E tem um muro, um canal da vergonha, que separa o Shopping da Comunidade do **Entra a Pulso**. Segregou há anos e fechou a Rua Bruno Veloso, que vem da Avenida Boa Viagem, transversal, até o canal de Jequitinhonha. Então, privatizaram uma rua pública e segregaram o povo do **Entra a Pulso**, mas o povo do **Entra a Pulso** é reticente e vai *pra* luta e *tá* abrindo muro e fazendo comércio *pro* lado do Shopping que ele não quer. Então, nós queremos que esse Conselho discuta não só o comércio informal no centro da cidade, mas nos polos, nas pequenas micros, nas periferias, nas comunidades das áreas ZEIS que tem o comércio informal, que precisa o povo ganhar a vida. Então, esse Conselho aqui precisa ter a visão não só do aspecto do centro da cidade, mas das microrregiões e das localidades que tem a cidade e as comunidades que tem comércio informal. Que o povo precisa ganhar a vida porque se o povo não trabalhar, o povo não come. Melhor o povo *tá* trabalhando do que *tá* assaltando, que *tá* roubando porque daqui a uns dias vai ter que o povo organizado ir também a roubar, assaltar porque muita gente está *desempregado*. Aí vai ter... Não vai ser mais roubar, vai ser a lei de Robin Hood, Secretário. Nós vamos criar milícia, como está acontecendo no Rio de Janeiro, *pra* tomar de quem tem e dá a quem não tem. Então, companheiro, nós precisamos nos antecipar nesse Conselho *pra* discutir como nós podemos democratizar o espaço público a nível do comércio informal, principalmente, nas comunidades do bairro de Afogados, no comércio de Afogados, no comércio do Ibura, na, na... No trecho do Ibura. Aquele comércio que tem no Ibura... Na rua, naquela... Na Avenida Dois Rios. Então, nós precisamos discutir, também que incentivos fiscais e incentivos financeiros que recostam do orçamento do município que são cinco bilhões. Esse ano é cinco bilhões, *né*? O orçamento do município esse ano? *É* cinco bilhões, não?

**02:57:22 – Antônio Alexandre – Total.** Tudo. Chega a tudo isso não.

**02:57:23 – Bismark Saraiva –** É... Cinco bilhões. Pra pegar um percentual desses recursos e criarmos um fundo de incentivo a esses comércios informais. Então, queremos que *tragam-se* propostas *pra* gente discutir aqui. A gente quer apresentar propostas. O Fórum do PREZEIS quer apresentar propostas para discutir e queremos que o setor... Sindicato também apresente propostas *pra* gente discutir aqui e a Prefeitura também traga essa temática *pra* discutir aqui. Tem o apoio do Fórum do PREZEIS.

**02:57:50 – Antônio Alexandre –** *Brigado* Conselheiro Bismark! Veja! A mesa só queria fazer uma ponderação que o seguinte: é... Nós concordamos que essa questão, por tudo que foi levantado aqui, e pela relevância que tem no debate da cidade pelo seu conjunto, ela precisa ser discutida. A gente criar um ambiente normativo que regule essas relações e tudo. A cidade precisa disso. Isso é sempre importante no estado democrático de direito. As regras fiquem claras e sirvam para todos, para todas, *né* isso? Nós buscamos isso no aperfeiçoamento no estado democrático de direito. É... Eu *tava* olhando aqui. Eu acho que talvez fosse a proposta... Ao invés da gente constituir um novo grupo de trabalho, discutir composição e tudo, a câmara técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente ela tem uma composição que contempla, inclusive, já SINTRACE, contempla não sei o que. A gente pode, nesse ambiente que já foi instituído, realizar esse debate que é um ambiente do Conselho também. Eu faço essa consulta. Ao invés de criar outro grupo porque... Veja! Quando a gente... A gente vai discutir a composição do grupo aí vai fazer não sei o que. Nós temos uma câmara técnica que dezenove pessoas se apresentaram. Tem HABITAT, Cendhec, SINTRACE, Federação Ibura/Jordão, Direitos Urbanos, Mata Uchôa, CAU, ADEMI, Sinduscon, Fundaj, Grande Recife, Câmara de Vereadores, EMLURB, Pelópidas... Então, *tá* uma composição que a gente pode, inclusive, ampliar o debate. É só a proposta que eu faço. Até para fortalecer a câmara temática. A gente poder levar esse debate e depois trás *pro* plenário porque toda discussão da câmara temática vem *pro* plenário depois, *tá* certo gente? Vocês estão de acordo com essa proposta? Ela vai trazer *pra* o... Pra o... Bom! Não saberia por que eu gostaria de ouvir alguma justificativa de por que. *A única* ajuste da proposta que a mesa sugere. Pois não. Gente, por favor. Nós já estamos perto de concluir. Por favor! Paciência. Só um pouquinho *pra* gente concluir.



**02:59:50 – Gustavo Miranda** – Eu queria me solidarizar ao conselheiro Bismark e ratificar o porquê da proposta do Sinduscon da necessidade de abreviarmos prazos e resolvermos problemas que a cidade tem e que precisam ser resolvidos. Insisto. Não de forma soldada, respeitando lei, respeitando projetos que já foram aprovados, respeitando tudo aquilo que é necessário para o bom convívio das pessoas. Agora, o amigo ali me coloca uma questão que é a nossa. O nível de desemprego nesta cidade, nesse estado e nesse país voltou a crescer de forma galopante e absolutamente preocupante. Então, tudo o que foi dito aqui o rapaz do Sindicato dos Comerciantes Informais, amigo? Pronto, dá um depoimento da maior clareza. Isso precisa ser atacado. A geração de emprego... É preciso que as pessoas entendam que só existe empresa se houver empregado. Essa relação emprego e empregado é uma relação absolutamente saudável. Agora ela precisa ser feita de forma respeitosa. E o que me deixa extremamente preocupado, Alexandre, é sair daqui sem saber quando é a próxima reunião. Aí de alguma forma a proposta três não foi entendida. Eu aproveito *pra* dizer que a três... Na minha reunião... A um e a dois com o tempo elas vão se fundir porque na hora que você vê... Eu não quis gerar polêmica porque é uma questão de discussão, mas na hora que se diz que a reunião vai ter apresentação por parte câmara de planejamento tal aberta a todos os conselheiros, virou uma reunião do Conselho. Talvez, não com o aspecto formal, legal. Respeite-se tudo, mas tome-se uma providência, gente. O que *tá* faltando, e aí eu lhe peço em quanto secretário, é decisão política de fazer a coisa andar. Só isso. Que é difícil é! Agora, olha o depoimento do povo. Precisa ser gerado emprego na cidade. Precisa ser respeitada a individualidade das pessoas, a necessidade de trabalhar. A gente não pode ficar discutindo. Não! Tira o camelô da rua. E bota o camelô *pra* onde? Pro espaço? Isso não pode. Então, há de se respeitar o direito de trabalhar. Então, vamos dar uma velocidade a isso. É o único pedido nosso.

**03:02:22 – Antônio Alexandre** – *Brigado* conselheiro. É... Eu queria pedir, por gentileza, que os conselheiros, que se manifestaram a favor da proposta, avaliassem essa proposta da câmara técnica e dissessem por que não achou...

**03:02:32 – Severino** – Alexandre, eu queria é... Fazer uma proposta em cima aqui. É... Eu acho que esse debate é um debate que tem que ser pautado de forma muito completa aqui nessa plenária. E eu acho que por conta da hora já *tá* meio que

prejudicado e aí, como representante do sindicato, eu preferia até atrasar o processo de diálogo mais forte para que todos pudessem travar, entendeu?

**03:02:56 – Antônio Alexandre –** Trazer *pro* plenário.

**03:02:58 – Severino –** E aí propor que esse seja um dos pontos de pauta de discussão. Se vai ser grupo de trabalho, se vai ser discutido na câmara técnica no próximo ponto de pauta, na próxima reunião. E aí se Leo concordar, porque foi Leo que compôs a negócio, porque eu acho que a discussão tem que ter uma amplitude, uma participação ampla aqui. Que aí eu fico preocupado com o adiantar da hora e com a agonia de ir embora e acabar a gente não fazer essa discussão

**03:03:23 – Antônio Alexandre –** Ô Severino! Eu entendo. Agora veja! A preocupação... *Me* parece que o conselheiro Leonardo apresentou aqui era de que a gente tivesse um ambiente onde pudesse discutir essas proposições, fazer essa discussão, digamos assim, comparada, *né?* Do que já foi, *né?* Regulamentada em outros lugares e tudo. Até ele citou um trabalho aqui comparativo, *né?* Das legislações. O próprio trabalho que já tem produzido para que pudesse, pelo menos, fazer uma, uma... Um aquecimento e uma produção *pra* instruir melhor o Conselho, a plenária do Conselho. *Me* parece que foi isso. Aí propôs um GT *pra* fazer esse trabalho. Eu *tô* ponderando se não poderia ser uma câmara. A câmara técnica específica. É só essa ponderação que *tô* fazendo.

**03:04:03 – Leonardo Cisneiros –** É... Só... Só uma observação rápida. O seguinte: eu penso muito na ideia de um grupo de trabalho mesmo, ou seja, de um grupo de pesquisa, de estudo, de elaboração da proposta. E precisa de uma dinâmica muito própria. Certo? Ou seja, a câmara técnica já é uma instância meio deliberativa, já é um órgão do Conselho. Ele precisa de uma dinâmica própria e assim o grupo de trabalho tem mais flexibilidade *pra* se reunir, certo? Pra marcar reunião com mais frequência e tal. Enquanto à câmara técnica fica dependente da pauta da câmara técnica. Eu acho que pela celeridade, pela necessidade de se concentrar na discussão, qualificar a discussão, certo? Eu acho que o GT dá mais agilidade. Seria só essa a ideia.

**03:04:37 – Antônio Alexandre** – É... Tudo bem. Tá entendido, Leonardo. Bom pessoal! Então tem uma proposta de constituição de um grupo de trabalho *pra* fazer esse levantamento, realizar esse primeiro estudo, que seja capaz de trazer essa reflexão para a discussão do Conselho da Cidade, *tá* certo? Como a proposição é de um grupo de trabalho fica o encaminhamento. Se nós viríamos discutir aqui a composição do grupo de trabalho ou se a gente iria ver outro encaminhamento. Como a gente fez. Dá um tempo para as pessoas mandarem, depois a gente fazer uma reflexão e tal, é isso? A gente pode mandar depois por e-mail solicitando quais são as instituições que querem participar. Isso. É isso. É exatamente isso. Pronto. Bom! Gente, a seguinte proposta de encaminhamento *pra* questão, que foi levantada aqui pelo conselheiro Leonardo e pelo Conselheiro Severino... A... Vamos submetendo ao plenário. A constituição de um grupo de trabalho para discutir as proposições existentes e um estudo comparativo da regulamentação relacionada com comércio informal da cidade, *tá* certo? Para que a gente possa produzir o levantamento necessário para uma discussão aqui nesse Conselho sobre essa situação, sobre essa questão. *Tá* certo? É... Em votação. Como me parece que não houve... Primeiro tenho que perguntar: tem outra proposta apresentada? Então, eu vou fazer no geral. Eu vou fazer no geral. Bom! Nós estamos perguntando se... É... Se alguma, é..., instituição quer manifestar voto contrário à criação desse grupo de trabalho? Alguém tem? Segunda questão. Alguém deseja, alguma instituição, alguma representação manifestar sua abstenção sob essa criação do grupo de trabalho, então a mesa entende que houve aprovação por unanimidade da constituição desse grupo de trabalho, está certo. Nos solicitamos, veja, nos vamos encaminhar um e-mail a todos os representantes pedindo a manifestação de quem deseja participar desse grupo de trabalho, está certo, ao mesmo tempo que nos vamos fazer o contato também, de qual material que a gente já pode ir disponibilizando para os interessados, está ok. Esse é o encaminhamento que a gente faz em relação a isso. O conselheiro Fernando do Instituto Pelópidas está querendo fazer e alguma fala e o conselheiro João Luis também, desculpe, João José.

**03:05:51 – Fernando Alcântara** – Uma questão de ordem, que isso seja aplicado nas próximas seções, quando houver uma proposta de inclusão de pauta extra, que primeiro isso seja votado, depois a gente faz o encaminhamento, uma questão de ordem, eu não quis interromper para não criar ..., a gente tem a pauta estabelecida e alguém trazer uma pauta extra, a gente aceita essa pauta ok, aí a gente faz o encaminhamento.

**03:06:20 - Antônio Alexandre** – Até regimentalmente você está correto conselheiro, mas como o assunto foi recebido por todos, aí nós não tivemos prejuízo, tá certo, isso aí é regimental. Por favor gente, só uma fala aqui do conselheiro João José.

**03:06:35 – João José** – eu só queria dizer, por conta da reunião anterior eu estava doente, estive ausente, não estou na composição de nenhuma das,

**03:06:43 – Antônio Alexandre** – Depois você vem aqui pra gente ver.

**03:06:45 – João José** – Gostaria de complementar, e está presente numa das específica, e pra finalizar, eu acho para as próximas, para andamento melhor do conselho, eu acho que era bom formatar, ter uma credencial dos conselheiros e uma crachá pra votação, pra gente não ficar simplesmente nesse tempo, de quando levantar tal, votou tal conselheiro sem precisar, por que aí cada um, uma lista que vai pra lá com sua credencial, para apresentar para as próximas, que se providencie isso para as próximas reuniões plenárias.

**03:07:16 - Antônio Alexandre** – Conselheiro obrigado, a gente pode discutir isso depois, a gente discuti, mas foi uma boa contribuição aqui. Bom gente olha me parece que não tem mais nenhuma manifestação aqui, muito obrigado pela presença e um bom final de semana, até a próxima.